UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS

MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

RAFAEL PIMENTEL FLEXA

PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS – PROERD: ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA NA CIDADE DE MACAPÁ

FORTALEZA - CEARÁ

2025

RAFAEL PIMENTEL FLEXA

PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS – PROERD: ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA NA CIDADE DE MACAPÁ

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em planejamento e políticas públicas.Área de concentração: planejamento e políticas públicas.

Orientador: Profa. Dra. Camila Holanda Marinho.

FORTALEZA – CEARÁ

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo SidUECE, mediante os dados fornecidos pelo(a)

Flexa, Rafael Pimentel.
Programa Educacional de Resistência às Drogas PROERD: análise da implantação de uma política pública na cidade de Macapá [recurso eletrônico] / Rafael Pimentel Flexa. - 2022.
85 f. : il.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Curso de Mestrado Profissional Em Planejamento E Políticas Públicas, Fortaleza, 2022.
Orientação: Prof.ª Dra. Camila Holanda Marinho.
1. Violência. 2. gestão. 3. projetos. 4. drogas. 5. prevenção.. I. Título.

RAFAEL PIMENTEL FLEXA

PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS – PROERD: ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA NA CIDADE DE MACAPÁ

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em planejamento e políticas públicas.Área de concentração: planejamento e políticas públicas.

Aprovado em : 09 de dezembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

_____

Profa. Dra. Camila Holanda Marinho (Orientadora)
Universidade Estadual do Ceará - UECE

_____

Prof. Dr. Antonio Germano Magalhães Junior
Universidade Estadual do Ceará - UECE

_____

Prof. Dr. David Junior de Souza Silva
Universidade Federal do Amapá - UNIFAP

Para minha família, esposa, filhos e amigos.

AGRADECIMENTOS

A professora orientadora, Drª. Prof. Camila Holanda Marinho, que sempre esteve disponível, para ajudar na construção do conhecimento;

A todos os colaboradores envolvidos na pesquisa, professores, pedagogos, técnicos e funcionários da escola pesquisada que fizeram parte desta importante pesquisa;

A todos meus companheiros de trabalho e de estudo que direta ou indiretamente contribuíram para meu crescimento, aos meus familiares, à esposa e aos meus filhos, que sempre me incentivam e possibilitaram o desenvolvimento de meus trabalhos acadêmicos e profissionais.

“ A qualidade da intervenção do Estado na economia depende, em grande medida, da eficácia dos mecanismos que obrigam os governos a prestar contas de seus atos perante o público.” (Przeeworski, p.18-19,1996)

RESUMO

Esta pesquisa teve como objeto de estudo o Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD no âmbito do Estado do Amapá. O objetivo geral foi a análise documental sobre o processo de implantação do PROERD na cidade de Macapá, (Compreender a implantação dos protocolos devidos) em nossos objetivos específicos analisamos a implementação e a execução do PROERD na cidade de Macapá, buscamos identificar como vem ocorrendo seu desenvolvimento e investigamos a abrangência de atuação. Esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa, tendo como procedimentos metodológicos a pesquisa documental, usada na análise dos documentos de criação do PROERD Nacional, os documentos de criação do Proerd local, os documentos que comprovam o desenvolvimento dos projetos que a Polícia Militar vem desenvolvendo na comunidade escolar, tomando como referência a constituição legal do PROERD Nacional e estadual. Em nossos resultados alcançados identificamos todo o percurso em que o programa levou até sua criação legal pela Pólicia Militar, identificamos todos os projetos que vem sendo desenvolvidos , conseguimos ainda identificar toda a abrangência em que o Proerd já caminha no estado e o quantitativo de abrangência entre alunos, escola e família.

Palavras-chave: Violência; gestão; projetos; drogas; prevenção.

ABSTRACT

This research had as object of study the Educational Program of Resistance to Drugs - PROERD in the scope of the State of Amapá. The general objective was the documental analysis of the PROERD implementation process in the city of Macapá, (Understanding the implementation of the due protocols) in our specific objectives we analyze the implementation and execution of the PROERD in the city of Macapá, we seek to identify how its development and investigated the scope of action. This is a qualitative approach research, having as methodological procedures the documentary research, used in the analysis of the documents of creation of the National PROERD, the documents of creation of the local Proerd, the documents that prove the development of the projects that the Military Police has been developing in school community, taking as reference the legal constitution of the National and State PROERD. In our achieved results, we identified the entire path in which the program took until its legal creation by the Military Police, we identified all the projects that have been developed, we were also able to identify the entire scope in which Proerd is already walking in the state and the quantitative coverage between students, school and family.

Keywords: Violence; Management; projects; drugs; prevention.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	**Ciclo das Políticas Públicas……...**	21
Figura 2 -	**Logomarca do PROERD……..**	33
Figura 3 -	**Logomarca do PROERD……..**	33
Figura 4 -	**Cartilhas do PROERD……..**	34
Figura 5 -	**Organograma da Polícia Militar do Estado do Amapá…….**	35
Figura 6 -	**Capacitação e formação de instrutores……..**	52
Figura 7 -	**Reunião da equipe Proerd Macapá……..**	52
Figura 8 -	**Livro dos pais…….**	54
Figura 9 -	**Alunos em atividade do Proerd…….**	55
Figura 10 -	**Atividades do Proerd……...**	55
Figura 11 -	**Livro Caindo na Real…….**	56
Figura 12 -	**Atividades do Proerd Macapá……**	56
Figura 13 -	**Atividades do Proerd Macapá……**	57
Figura 14 -	**Foto dos alunos proerdianos da Escola Elita Nunes devidamente certificados……...**	57
Figura 15 -	**Livro como Cair na Real……...**	58
Figura 16 -	**Cartilha sobre tabaco……..**	59
Figura 17 -	**Livro Proerd pais……...**	59
Figura 18 -	**Formação para os pais…….**	60
Figura 19 -	**Proerd infantil……**	61
Figura 20 -	**Foto do cartaz nº 03……...**	61
	Foto do verso do cartaz nº 03…….	62
Figura 21 -	**Foto do verso do cartaz nº 04…….**	62
Figura 22 -	**Foto do verso do cartaz nº 04…….**	63
Figura 23 -	**Atividades do Proerd Macapá……**	64
Figura 24 -	**O alerta contra as drogas é um dos principais objetivos do Proerd……...**	65

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO……**	11
2	**DISCORRENDO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS……..**	18
2.1	**Refletindo sobre Políticas Públicas e Sociedade…….**	18
2.2	**Drogas e suas repercussões sociais……..**	23
2.3	**Conhecendo o PROERD: implantação de uma política pública focada na educação e prevenção……..**	31
2.4	**História e mudanças no PROERD até os dias atuais……...**	35
2.5	**Histórico da Polícia Militar do Estado do Amapá……..**	38
3	**PROCEDIMENTOS DETALHADOS……...**	43
4	**PROERD E O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO NA CIDADE DE MACAPÁ…….**	46
4.1	**Lei que institui o Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD no âmbito do Estado do Amapá……..**	46
4.2	**A formação dos profissionais do PROERD em Macapá…….**	51
4.3	**Projetos desenvolvidos pelo PROERD em Macapá…….**	53
4.4	**Resultados alcançados pelo PROERD Macapá……**	63
5	**CONSIDERAÇÕES FINAIS…….**	67
	REFERÊNCIAS……...	69
	ANEXO A – CARTA DE ANUÊNCIA PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA……...	73
	ANEXO B – PROJETO DE LEI N. 0197/11 – AL……	74
	ANEXO C – PROJETO DE LEI N.2642, DE 2007……..	76
	ANEXO D - LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006…….	78
	ANEXO E – PORTARIA Nº 068/2019 – GAB. CMDO GERAL…….	83

1 INTRODUÇÃO

Avaliar o desempenho das políticas públicas sempre foi de interesse de muitos estudiosos e pesquisadores dando ênfase em especial como as mesmas podem impactar na vida da sociedade por meio da criação de programas e projetos institucionais que incluem ações muito precisas no que concerne ao estabelecimento e implementação de políticas sociais que se efetivam para garantir a igualdade social em muitos contextos, principalmente de forma que possa abranger os menos favorecidos.

Devido nossa aproximação como servidor da Polícia Militar do Amapá, é que optamos em realizar esta pesquisa nesta entidade, pois acreditamos que com nossa ligação como funcionário da mesma, teremos maiores facilidade de acesso às informações que se tornarão relevantes para o desenvolvimento desta pesquisa e uma maior proximidade coma verdade. Acreditamos que esta pesquisa tem uma importância muito grande para a sociedade , pois através desta foi possível a compreensão sobre a realidade de sua implantação e execução desta política pública na cidade de Macapá, ganha maior importância ainda , pois nos mostra a realidade desde sua implantação e ainda passamos a conhecer o desenvolvimento e execução de suas atividade.

No desenvolvimento desta pesquisa tivemos autores que consideramos importantes para o resultada desta pesquisa, onde tivemos nossas fundamentações com autores como por exemplo: Gomes (2001), Ferreira; Alencar E Pereira, (2012), Bucci (2013) Arretche (2001), Madeira (2014),Sousa (2014) , Oliveira (2006), Dalfior; Lima; Andrade(2015), Leal (2014), Hellmann; Vilas Boas; Januzzi (2014), Damásio (2016, Coelho; Tapajós; Rodrigues(2010), Faleiros (1995).

Tivemos assim como objeto de estudo o Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD no âmbito do Estado do Amapá, tivemos como objetivo geral a análise documental sobre seu processo de implantação na cidade de Macapá, (Compreender a implantação dos protocolos devidos) em nossos objetivos específicos analisamos a implementação e a execução do PROERD buscamos identificar como vem ocorrendo seu desenvolvimento municipal, investigamos ainda a abrangência do programa na cidade de Macapá, ressaltamos ainda que esta pesquisa se deu em forma de pesquisa documental com abordagem qualitativa, onde analisaremos os documentos

referentes ao desenvolvimento e efetivação, os documentos de criação do PROERD Nacional, os documentos de criação do programa local, os documentos que comprovam o desenvolvimento dos projetos que a Polícia Militar vem desenvolvendo na comunidade escolar, registramos a abrangência e desenvolvimento do PROERD em Macapá. O PROERD consiste em um programa desenvolvido pela Polícia Militar nos estados brasileiros, na qual busca através do desenvolvimento de ações e atividades voltadas para prevenir contra o uso de drogas, contra a violência e buscando desenvolver a cidadania no público estudantil.

Corroborando com essas informações, Santos (2007, p. 155) descreve as pesquisas qualitativas como sendo “estudos onde o pesquisador observa os fatos de forma direta, privilegiando o contato com o contexto estudado''. Geralmente procura pesquisar e representar a qualidade dos discursos pesquisados”.

Boccato (2006) ressalta que a pesquisa documental oportuniza:

> [...] Uma busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa serve de subsídio para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. (Boccato, 2006, p. 266).

Essas informações foram comparadas, corroboradas e/ou refutadas com a realidade existente no Estado do Amapá mediante análise da implantação do PROERD e para a incorporação das práticas das políticas públicas existentes na instituição PMAP. Para tanto, como requisito de uma descrição metodológica no que se refere à tipologia quanto à natureza a pesquisa classifica-se como básica, que, de acordo com Prodanov e Freitas (2013, p.51) “a pesquisa básica objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista, envolvendo ainda verdades e interesses universais.”

Adotamos o estudo com base em documentos, pois acreditamos ser de grande valor, pois podem apresentar uma grande riqueza de informações sobre nosso objeto de estudo.

> O uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural. (Sá-Silva ;Almeida ; Guindani,2009.p.02)

Nos estudos de Marconi e Lakatos (2017) os instrumentos de pesquisas ao serem definidos ajudam a oportunizar ao pesquisador se certificar de informações diretas no local onde que serve de modelo para a temática estudada.

> Sobre a análise documental, ela consiste em uma série de operações que visam estudar documentos no intuito de compreender circunstancias sociais e econômicas. Compreendemos que essas operações busquem elucidar o conteúdo expresso nos documentos escolhidos para o *corpus* da pesquisa, de forma que contextualize os assuntos em busca de se inscrever em um *status* científico. Acreditamos que a análise documental tem sua relevância, uma vez que através dela o pesquisador poderá coletar, tratar e analisar suas fontes informacionais. Outro fator de relevância ocorre devido ao potencial informativo existentes nos documentos, bem como devido às necessidades informacionais por parte dos usuários das informações. Esse procedimento exige do pesquisador, a compreensão de certos mecanismos que ajudam na construção de evidências de determinado registro. (Junior; Medeiros; Augusta,2017,p. 142)

Dentro deste contexto, Gomes (2001) defende que as políticas públicas correspondem a ações governamentais que coloca o Estado como responsável pelo desenvolvimento, avaliação e implementação de políticas, como as sociais , que possam atender às principais necessidades da população colocando à disposição dos cidadãos, em especial de grupos sociais excluídos um atendimento por meio de programas que possam corresponder às necessidades básicas de qualquer ser humano, incluindo aspectos voltados para a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, entre outros. “As políticas públicas são métodos alternativos de avaliação que possam superar os limites do modelo tradicional que não dá conta das várias dimensões e complexidade da questão social.” (Gomes, 2001, p. 24).

Portanto os estudos foram realizados com base nas análises documentais, onde foi possível compreender os processos de implantação e desenvolvimento do PROERD em Macapá. É importante acrescentar que a população em todos os aspectos de atuação enfrenta uma série de desafios onde as políticas públicas ajudam a viabilizar as principais fontes de acesso a um número maior de serviços, atividades e ações que corroborem para a garantia da efetivação dos direitos de qualquer cidadão, de maneira eficiente e eficaz.

De acordo com Ferreira; Alencar e Pereira, (2012) desde o início dos séculos XX e XXI estão cada vez mais pautados no Estado e nos governos a responsabilidade de promover ao cidadão oportunidades que possam impactar e contribuir para o

crescimento da renda, na redução das desigualdades, na garantia de direitos sociais e humanos, é através da formulação, implantação e efetivação das políticas públicas que o Estado contribui de maneira direta e indireta para mudanças sociais mais efetivas, proporcionando ainda que indivíduos consigam uma formação eficiente e eficaz para o exercício da cidadania e a ampliação dos mecanismos de equalização das oportunidades de educação, trabalho, saúde e lazer.

Ao abordar tal aspecto Bucci (2013) enfatiza que com as transformações sociais, econômicas e políticas principalmente a partir da década de 80 decorrentes principalmente de uma reestruturação no campo produtivo da revolução tecnológica, explosão informacional e mundialização do capital implicam nos processos de regulação que acarretam mudanças no papel e na forma de atuação do Estado, bem como nas políticas públicas que precisam estar cada vez mais constituídas dentro de parâmetros de regulamentação de um Estado democrático de direito que definem fatores de desenvolvimento econômico e social, inclusão, melhoria da qualidade de vida, desenvolvimento sustentável, requisitos para a superação dos mecanismos que impactam no combate às desigualdades sociais.

Entretanto, pode-se dizer que as políticas públicas estão cada vez mais em evidência na sociedade contemporânea, uma vez que definem por meio de programas e projetos institucionais uma maneira de multiplicar ideias, atividades, ações e trabalhos que possam impactar no desenvolvimento da população, colocando à disposição da mesma serviços de qualidade e que são capaz de contribuir para a igualdade, erradicação da pobreza, analfabetismo, entre outros fatores que impactam no progresso ou retrocesso de qualquer nação.

Corroborando com essas informações Arretche (2001) enfatiza que a busca pela efetivação das políticas públicas mediadas por programas e projetos institucionais se destacam principalmente quando analisadas dentro dos aspectos relacionados às ideias de igualdade, igualdade e justiça social e, uma vez que implementadas e efetivadas as políticas públicas reduzem os brutais índices de pobreza, desigualdade e exclusão social existentes entre a sociedade.

Desta maneira, as políticas públicas configuram o avanço para a elaboração de planos que são capazes de modificar modelos sociais em prol da transformação do

sujeito enquanto integrador do meio no qual está inserido, proporcionando a mudança de diversos cenários que abrange a inquietação de inúmeros sujeitos, seja de maneira individual ou coletiva. Conforme explicitado por Madeira (2014), o desenvolvimento de programas e projetos institucionais dinamiza, desenvolve e elabora fórmulas de sociabilidade, haja vista que cuja implementação promove a adaptação e o ajustamento dos indivíduos à condição de membros ativos da sociedade.

Quando se fala de programas e projetos institucionais pode-se dizer que os mesmos são responsáveis por uma gama de ações que são capaz de representar o Estado perante a sociedade de forma a tentar a construção de uma sociedade mais inclusiva e de melhor qualidade de vida a todos, trabalhando em prol do resgate e construção de uma cidadania ativa, é por meio dessas ações que o governo consegue demonstrar sua preocupação pelo País, onde as diferenças socioculturais e socioeconômicas não possam se tornar tão díspares. No caso em investigação, buscaremos ressaltar, especialmente, como a implementação de programas como o PROERD hoje ocupam um importante papel na sociedade, principalmente quando se trata do desenvolvimento de um País mais justo, inclusivo e igualitário em todos os contextos sociais, onde para que aconteça a implementação de tal projeto, faz-se necessário um conhecimento da população atendida, dos serviços oferecidos e análises dos mesmos, para que assim seja possível um trabalho contínuo capaz de fortalecer os serviços ofertados e as instituições envolvidas.

A arquitetura das políticas públicas e sociais permeadas por projetos institucionais estão em constantes debates e discussões, onde o que mais se aborda são as medidas adotadas em prol de um trabalho contínuo, eficiente, eficaz e que seja capaz de impactar de maneira positiva na vida da população atendida, especialmente na vida dos mais vulneráveis, essa preocupação faz com que surjam novas formas e maneiras de se “fazer” políticas públicas que possam realizar intervenções contínuas em programas que precisam estar em constante reflexão e renovação, viabilizando principalmente ampliar as concepções de atendimento populacional com o uso de medidas universalistas que possam reduzir as desigualdades. Conforme defendido por Madeira (2014):

> A definição de programas e projetos institucionais se apresenta como aspectos facilitadores para que determinados Municípios e Estados permaneçam como facilitadores [...] e entes concentradores na lógica de execução das políticas sociais residindo na capacidade de inovação e experimentação dos serviços ofertados pelo governo. Muitas vezes, é a partir das bem-sucedidas políticas e programas institucionais que os níveis estadual e federal desenham suas políticas, permitindo que ganhem escala e se convertam em políticas ou programas de largo alcance (Madeira, 2014, p. 7).

Percebe-se a importância do desenvolvimento, análise e conhecimento dos programas institucionais no que concerne ao alargamento ou até mesmo implementação de um modelo que possa atingir novas pessoas, uma vez que percebidos resultados e impactos positivos na vida de uma comunidade pode viabilizar a ampliação e atendimentos para outros Estados e Municípios de um País.

Para tanto, ressalta-se que o estudo tem relevância, social, científica e acadêmica. No que se refere ao âmbito social a justificativa está pautada nas inúmeras revoluções, implementação e oferta de programas governamentais e institucionais nos últimos 20 anos nos âmbitos da educação, saúde e seguridade social que impactam e impulsionam o desenvolvimento e oferta de políticas públicas que corroboram para a melhora das condições e qualidade de vida da população como um todo. Diante do exposto, citamos Sousa (2014) ao confirmar que:

> A partir da segunda metade da década de 2000, as políticas públicas de assistência social crescem e passam a reforçar o conjunto de medidas de sentido redistributivo e de combate às desigualdades que são implantadas no País. A criação de empregos em atividades que demandavam menor qualificação, associada à apreciação do salário mínimo, produziu um ambiente mais favorável de inserção dos trabalhadores mais pobres. No campo, surge o Programa de Aquisição de Alimentos, que favorece a agricultura familiar. Surge também o Programa Bolsa Família, que unifica, amplia a cobertura e racionaliza os cinco benefícios de assistência social existentes. O Benefício de Prestação Continuada, que já protegia idosos e portadores de deficiência pobres, é beneficiado pelo aumento do salário mínimo. Ocorre ainda o aumento do crédito estudantil para acesso ao ensino superior, aliado ao sistema de cotas para as universidades federais (depois seguido pelas estaduais) (Souza, 2014, p. 8).

No âmbito acadêmico se faz plausível destacar a importância da elaboração de pesquisa e propagação de informações que possam servir de subsídio para uma atuação cidadã e profissional de maneira, ética, eficiente e eficaz, uma vez que os profissionais colocados no mercado, principalmente no que diz respeito aqueles da área de políticas públicas serão os responsáveis pela luta de novas implementações e

melhoria dos serviços já ofertados pelo governo, em prol das classes menos favorecidas, tendo consciência de que as ações e atividades desenvolvidas precisam estar adequadas de acordo com as necessidades e realidade específica de cada comunidade atendida.

Na área científica o projeto permeia através da coleta de informações, documentais e dados inéditos a oportunidade do acesso a novas informações e aumento do arcabouço teórico que podem contribuir para o esclarecimento informacional em torno dos projetos e programas institucionais, assim como a importância de um acompanhamento, avaliação dos processos e impactos das políticas públicas e sociais para a comunidade beneficiada.

Corroborando com essas informações Oliveira (2006) acrescenta que para que haja um planejamento, elaboração e concretização dos programas institucionais se faz necessário um entendimento por parte dos governantes, gestores e profissionais da área das políticas públicas, é a junção destes conhecimentos que servirá de elemento chave para o sucesso de políticas públicas.

Outro fator a ser mencionado está relacionado ao entendimento que a sociedade vem desenvolvendo a respeito deste projeto. Para que haja a implementação de maneira eficiente e eficaz de qualquer programa é necessário a participação da sociedade civil, e para que isso seja possível se faz preciso um entendimento no que concerne aos direitos dos beneficiários ajudando no monitoramento do projeto, colaborando, participando de assembleias e conselhos que possam ajudar a dimensionar os pontos fracos e fortes de qualquer programa, explanando sobre percepção de resultados, esse entendimento se dá através do acesso a informações populares, acadêmicas, científicas e profissionais, que precisam estar atualizadas de maneira contínua, onde a promoção de novos estudos muito contribuem neste aspecto.

2 DISCORRENDO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1 Refletindo sobre Políticas Públicas e Sociedade

O desenvolvimento de uma sociedade em seus mais variados aspectos bem como a forma como esta evolui está atrelada a inúmeros fatores que podem contribuir tanto para o seu crescimento como para o decréscimo da mesma, principalmente quando boa parte desta sociedade é composta por indivíduos em situações menos favoráveis do que outros, logo para que resultado final quanto ao desenvolvimento desta seja positivo depender-se-á de várias questões, onde se pode citar a exemplo, as políticas públicas desenvolvidas perante a sociedade e suas regulamentações. Dalfior, Lima e Andrade (2015) conceituam política pública como:

> as respostas dos governos às demandas, problemas e conflitos que surgem de um grupo social, sendo esse o produto das negociações entre os diferentes interesses, mediado pela racionalidade técnica dos 'fazedores de política', com vistas à manutenção de uma ordem (Dalfior; Lima; Andrade, 2015, p. 213).

Dentro desta perspectiva entende-se as políticas públicas como ações de caráter racional, que devem ter como meta atender as necessidades e anseios de determinada população por meio de planos, projetos e programas de governo que contemplem áreas como a saúde, o lazer, a assistência social, educação, etc. Cabe enfatizar de acordo com o ponto de vista de Leal (2014) que o sucesso ou fracasso das políticas públicas dependerão do programa adotado, da adequação das ações dos agentes institucionais, bem como do grau de adesão dos beneficiários.

Destaca-se ainda que são inúmeros os impactos que as políticas públicas podem causar na vida dos grupos ao qual esteja destinado, sobretudo em virtude da complexidade dos sistemas políticos e da própria sociedade. Para tanto se faz importante que estes programas e projetos sejam planejados buscando-se ao máximo atingir o ápice do objetivo ao qual o mesmo se destinará. Contudo, esta não é tarefa fácil, conforme destaca Martes et al. (1999) ao citar que:

> Raramente é possível afirmar que a implementação de um dado programa tenha, na prática, atingido integralmente os objetivos e as metas previstas. Mais difícil ainda é que um dado 11 programa seja implementado inteiramente de acordo com o desenho e os meios previstos por seus formuladores. Em outras palavras, entre os objetivos e o desenho de programas, tal como concebidos por seus formuladores originais, e a tradução de tais concepções em intervenções públicas, tal como elas atingem a gama diversa de seus beneficiários e provedores, há uma grande diferença (Martes *et al.,* 1999, p. 17).

Deve-se, então, buscar de maneira crítica e com comprometimento por parte dos formuladores destes projetos a valorização não apenas do processo que será feito como principalmente dos sujeitos ao qual o mesmo será destinado e através de tal posicionamento impactar de maneira positiva a sociedade. Além disso, é preciso que sejam desenvolvidas capacidades em todas as esferas de governo para que políticas públicas de qualidade sejam efetivadas.

As políticas públicas vão muito mais além do que uma mera decisão política, precisamos perceber que nem toda ação política pode ser considerada uma política pública, concordamos com Rua (2009) quando nos diz que:

> Política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Assim, embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública (Rua, 2009, p.19-20).

Assim percebemos que as políticas públicas precisam ser criadas com diversas estratégias e ações ,onde possam realmente se diferenciar de uma simples decisão política, e ainda independentemente de parcerias que possam acontecer , as políticas públicas precisam ser realmente públicas, pois:

> Por mais óbvio que possa parecer, as políticas públicas são “públicas”.Embora as políticas públicas possam incidir sobre a esfera privada (família, mercado, religião), elas não são privadas. Mesmo que entidades privadas participem de sua formulação ou compartilhem sua implementação, a possibilidade de o fazerem está amparada em decisões públicas, ou seja, decisões tomadas por agentes governamentais, com base no poder imperativo do Estado.(Rua, 2009, p.20).

Cabe enfatizar que uma das questões mais complexas entre tantas outras na área das políticas públicas é com relação ao desenvolvimento de programas e projetos sociais, haja vista que estes têm sido realizados por inúmeros agentes e instituições, englobando decisões do cotidiano que tem impacto direto na vida de milhares de pessoas

em todo o país (Hellmann; Vilas Boas; Januzzi, 2014).

Esta complexidade está relacionada ao fato de que para se desenvolver políticas públicas é preciso conhecer os problemas de cada campo de atuação e estabelecer qual a situação real, quais os objetivos almejados e o que se pretende alcançar, o que não é tarefa fácil nesse contexto.

Neste aspecto, compreendemos que as questões sociais, assim como condições alimentares, distribuição de renda, qualidade de educação, dentre outros fatores, são características que estão relacionadas aos problemas da pobreza, desemprego e desigualdade social, causando grande impacto social e interferindo de maneira relativa na qualidade de vida das pessoas, para tanto requer uma boa organização social, além de bons programas e projetos que visem a integração dos grupos menos favorecidos a sociedade. Dentro deste contexto Damásio (2016) descreve o projeto social como sendo:

> Uma ação planejada que nasce dessa necessidade de se intervir em uma determinada realidade ou problema e tem um 12 propósito quando criado, o de transformar realidade estudada, sendo uma alternativa para enfrentamento da chamada questão social. Além de ser um instrumento do Serviço social e de várias outras profissões, que contribuem para a redução das desigualdades sociais, os projetos sociais são um exercício de cidadania, no qual vários atores sociais estão envolvidos. Eles são uma forma de estimular também uma maior conscientização do indivíduo para o papel que desempenha na sociedade (DAMÁSIO, 2016, p. 9).

Assim, podemos compreender que os projetos desenvolvidos no âmbito social vão muito além da oferta e da prestação de serviços que tem como intuito sanar algumas carências de indivíduos menos favorecidos, eles são uma forma de transformar a realidade social da pessoa por meio da sua implantação, bem como formar novos sujeitos coletivos. Para tanto, para que ocorra essa transformação é necessário que haja por parte das políticas que serão desenvolvidas o apossamento de estratégias e técnicas que tenham como intuito reduzir as diferenças sociais e incluir essas pessoas na sociedade.

Nesta perspectiva entende-se de acordo com as Políticas Sociais para o Desenvolvimento que:

> O trabalho dos profissionais dedicados à questão, dos poderes públicos e das entidades ou associações que atuam na inclusão deve buscar estabelecer uma relação com a pessoa ou o coletivo, ajudá-los a serem reconhecidos, a reconciliarem-se com sua imagem, a trabalhar as relações indivíduo-entorno, partindo das esferas mais privadas (crianças, famílias etc.) até chegar aos espaços públicos (vizinhança, comunidade, bairro, cidade) e às instituições e entidades (escolas, empresas, associações, poderes públicos etc.). Assim, a inclusão implica reconstruir sua condição de ator social (Coelho; Tapajós; Rodrigues, 2010, p. 116-117).

Desta maneira compreende-se que se o contexto que norteia o desenvolvimento das políticas sociais está fundamentado na ideia de que estas podem mudar a vida dos sujeitos menos favorecidos financeiramente e historicamente excluídos é extremamente importante que não apenas as questões de dependência como a financeira, por exemplo, sejam enfatizadas, mas também as que tornem o sujeito capaz de crescer enquanto ser humano e inclusive como profissional, e por meio desta conseguir dependência e seu lugar diante da sociedade. Rua (2009,p.36) nos fala da complexidade dos caminhos de uma política pública, e evidencia a forma de trata-la sem perder toda a dinâmica sistêmica , apresentando uma certa divisão das etapas em sua sequência vejamos:

Figura 1 - Ciclo das Políticas Públicas

Fonte: Rua, (2009.p.36).

Na figura acima percebemos todas as etapas no processo da elaboração das políticas públicas conforme a autora:

> Nesse caso, as etapas são compreendidas não como um processo linear, mas como uma unidade contraditória, em que o ponto de partida não está claramente definido e atividades de etapas distintas podem ocorrer simultaneamente ou as próprias etapas podem apresentar-se parcialmente superpostas. (...)A correta compreensão do ciclo das políticas pode ser de grande valia para o gestor, favorecendo seu entendimento correto do processo das políticas públicas e auxiliando-o a refletir com clareza sobre como e mediante que instrumentos as políticas poderão ser aperfeiçoadas (Rua, 2009, p.37)

Ainda em referência a ilustração acima citada sobre o estudo do ciclo de políticas públicas Rua(2009) identifica as fases sequenciais e interativas-iterativas no processo de produção de uma política, vajamos tais fases :

> Formação da agenda, que ocorre quando uma situação qualquer é reconhecida como um problema político e a sua discussão passa a integrar as atividades de um grupo de autoridades dentro e fora do governo; Formação das alternativas e tomada de decisão: ocorre quando, após a inclusão do problema na agenda e alguma análise deste, os atores começam a apresentar propostas para sua resolução. Essas propostas expressam interesses diversos, os quais devem ser combinados, de tal maneira que se chegue a uma solução aceitável para o maior número de partes envolvidas. Ocorre, então, a tomada de decisão; a tomada de decisão não significa que todas as decisões relativas a uma política pública foram tomadas (Rua,2009, p. 37).

Autores como Castro e Oliveira (2014) destacam que o Estado tem diversificado as políticas públicas voltadas a área social e destacam que essas políticas compreendem uma série de programas e ações de três tipos básicos a saber: garantia de renda: que ocorrem por meio de transferências monetárias, como aposentadorias, pensões, etc.; garantia de ofertas de bens e serviços: como as relacionadas a política de educação, habitação e outros, e pôr fim a regulação: que tem como ponto central fixar normas que regularizem o comportamento dos agentes econômicos, sejam eles privados ou públicos, nesse contexto evidencia-se a política do salário mínimo.

Cabe enfatizar ainda que as políticas sociais envolvem inúmeros outros programas em caráter distributivo que tem como muito intuito melhorar a qualidade de vida principalmente das camadas sociais menos favorecidas e em situação de pobreza, como o Renda Cidadã, programa bastante conhecido principalmente por dispor de ajuda àquelas famílias que não possuem nenhuma renda para manter-se. Além deste existem inúmeros projetos que são desenvolvidos pelos municípios e estados que tem como objetivos inserir jovens no mundo do trabalho, ofertar cursos de capacitação e aperfeiçoamento entre outros. Em síntese e de acordo com a visão de Faleiros (1995),

pode-se afirmar que:

> As políticas sociais podem ser compreendidas como mecanismos de manutenção da força de trabalho, como conquista dos trabalhadores, como arranjos do bloco no poder ou bloco governante, como doação das elites dominantes ou como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão (Faleiros, 1995, p. 8).

É importante frisar que uma das principais características das políticas sociais é, como pode se observar, a sua capacidade de englobar inúmeros contextos na busca pela garantia de que as pessoas que se encontram em situações de afastamento da sociedade, do mundo de trabalho, da educação e de tantos outros aspectos possam sentir-se amparados de alguma maneira pelo poder público e pelas políticas públicas.

2.2 Drogas e suas repercussões sociais

Com base em nossas leituras podemos falar que a utilização das drogas no meio social sempre esteve presente, os registros nos falam que não existe sociedade que não tenha usadoas drogas nos tempos históricos, e seu uso sendo para os mais variados motivos e finalidades (Tavares,2001, p. 151). Para Albano, (2012):

> lembrando que o uso de substâncias psicoativas se confunde com a própria história da humanidade, pois o homem sempre preocupou-se em superar suas próprias limitações e buscar novas sensações em uma busca incessante pelo prazer que, muitas vezes, só é alcançado através do uso de drogas (Albano, 2012, p.16).

Historicamente falando , Albano(2012) nos fala que,

> documentos do Egito antigo que citam o uso habitual do vinho e da cerveja e, ainda, descreve a citação bíblica do livro de Gêneses, capítulo IX, versículo 20 a 22, onde é narrado o comportamento de Noé que, após o dilúvio, plantou uma vinha e a partir dela produziu vinho, o homem pré-histórico que, segundo estudos, já consumia bebidas fermentadas, o uso da bebida alcoólica nas diversas sociedades sempre exisgiu, trazendo à memória que tais costumes eram comuns desde os povos da antiga Grécia até as conhecidas sociedades contemporâneas(Albano, 2012, p.17).

Percebemos assim, que o homem sempre buscou o desenvolvimento de drogas para seu consumo, passando a ser consumido de forma cultural transformando-se em costumes sociais nas várias manifestações, por exemplo o uso de bebidas

alcóolicas já é vista como rituais de iniciação adulta:

> Hoje, os jovens fazem umas espécies de rituais de iniciação à vida adulta dentro de seus grupos ou “turmas”, quando um dos seus membros, por exemplo, consegue entrar na faculdade, há a comemoração esperada e, não rara, são as vezes que tais manifestações de felicidade venham regadas de muita bebida alcoólica. Enfim, o consumo de álcool sempre teve um papel destacado nas manifestações de bem estar, religiosidade e em ocasiões de confraternizações (Albano,2012, p. 16-17).

O uso de bebidas alcoólicas está presente no dia a dia e em muitos casos é visto com naturalidade, pois naturalizou-se o uso destas bebidas , na verdade o uso das drogas vem sendo desenvolvidas desde os primórdios da humanidade:

> Registros arqueológicos revelam que os primeiros indícios sobre o consumo de álcool pelo ser humano datam de aproximadamente 6000 a.C. Inicialmente as bebidas dependiam exclusivamente do processo de fermentação e por isso seu teor alcoólico era relativamente baixo, como é o caso da cerveja e do vinho. Após o advento do processo de destilação, trazidos pelos Árabes, na Idade Média, surgiram novos tipos de bebidas alcoólicas, que passaram a ser consumidas na sua forma destilada. Essas bebidas eram utilizadas para redução da dor e alívio para os males físicos, pois seus efeitos, no organismo, eram produzidos por ações mais rápidas que as do vinho e a cerveja. Daí surgiu o termo uísque (do gálico usquebaugh), que significa “água da vida”. (LINHARES, 2006, p.07)

Importante destacar que o uso de bebidas alcoólicas nem sempre foi visto pela sociedade como um tipo de droga, e assim vem ganhando espaço e tornando-se natural e dentro de uma certa normalização e aceita pela sociedade.

> Assim, pode-se deduzir que o uso abusivo do álcool é uma prática tolerada e até estimulada nas mais diversas civilizações. Porém junto com o álcool, também existem muitos relatos do uso de outras substâncias com o intuito de estimular o organismo com as mais diversas finalidades (Albano, 2012, p.17).

E geralmente a partir do consumo de álcool e até mesmo de outros tipos de drogas, surgem as “necessidades” de maiores estímulos , passando assim a buscar níveis maiores de consumo: .

> Os Sumerianos (antigos habitantes do atual Irã) que faziam uso da papoula do ópio como “planta da alegria”, para ter um contato com os “Deuses Onipotentes”. Já os habitantes do Rio Danúbio, na Europa Oriental, conhecidos como povo Cita, há 500 anos a.C., queimavam a maconha (cânhamo) em pedras aquecidas e inalavam os vapores dentro de suas tendas . (Albano, 2012, p.18)

O uso da maconha e da cocaína também tem sua origem nos mais remotos momentos histórico e em diversas situações e objetivos, (Francisquinho, 2008) nos remete a informações que dizem que:

> O Imperador chinês Shen Neng descreveu em seus estudos sobre farmácia, os efeitos da maconha, em 2.737 antes de Cristo. A Grécia antiga, a Arábia e o Egito destacam-se entre os diversos povos que incorporaram a maconha em sua filosofia de vida, pois utilizavam seus derivados em rituais religiosos. Há pelo menos 3.000 anos, há registros dos primeiros indícios de utilização da folha de coca, matéria prima da cocaína, quando era mascada por povos da região andina da América do Sul. Eles mascavam a folha de "coca", para saciar a fome, aumentar o desempenho físico, curar doenças, e ainda como anestésico dentário (Francisquinho, 2008, p.12-13).

Percebemos assim que as substancia psicoativas vem sendo usada pela a humanidade por vários motivos ,incluido o lazer, as manifestações religiosas ou ainda simplesmente para buscar maior criatidade

> O homem já usou substâncias psicoativas para finalidades, as mais diversas como de natureza lúdica, religiosa ou para aguçar a criatividade, por exemplo: "*A folha da coca (Erythroxylon coca) vem sendo usada há milhares de anos, na América*". ..as folhas são mastigadas junto com outros produtos como a cal, cinzas ou "uma matéria produzida a partir de certos moluscos". (Albano, 2012, p.18)

Com a evolução social e o crescimento das sociedades modernas juntamente com a contemporaneidade, vão surgindo a cada dia que passa novos tipos de substâncias consideradas drogas e com efetos psicoativos , são muitas as drogas presentes em nossa sociedade, e são muitos os efeitos com consequencias destrutivas para o ser humano.

A palavra "Droga" traz alguns significados , por exemplo "toda substância usada com propósitos químicos, farmacêuticos, em tinturaria etc. Substância que causa alucinações (morfina, cocaína etc.) e pode levar à dependência física ou psicológica; narcótico, entorpecente: tráfico de drogas.

Toda substância usada com propósitos químicos, farmacêuticos, em tinturaria etc. Substância que causa alucinações (morfina, cocaína etc.) e pode levar à dependência física ou psicológica; narcótico, entorpecente: tráfico de drogas.(Dicionário DICIO on line). Linhares (2006, p.09), define a origem da palavra "droga" que vem da palavra droog (holandês antigo) que significa folha seca, justificando a definição, pois

antigamente a maioria dos medicamentos era à base de vegetais.

Portanto com o passar dos tempos surgem novas leis que buscam sanar ou diminuir os problemas sociais, assim , temos a lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 que Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas-Sisnad.

Esta lei prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências,(BRASIL,2006), vejamos as considerações sobre droga nesta referida Lei:

> Art. 1º Esta Lei institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas e define crimes.
>
> Parágrafo único. Para fins desta Lei, consideram-se como drogas as substâncias ou os produtos capazes de causar dependência, assim especificados em lei ou relacionados em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União.
>
> Art. 2º Ficam proibidas, em todo o território nacional, as drogas, bem como o plantio, a cultura, a colheita e a exploração de vegetais e substratos dos quais possam ser extraídas ou produzidas drogas, ressalvada a hipótese de autorização legal ou regulamentar, bem como o que estabelece a Convenção de Viena, das Nações Unidas, sobre Substâncias Psicotrópicas, de 1971, a respeito de plantas de uso estritamente ritualístico-religioso.
>
> Parágrafo único. Pode a União autorizar o plantio, a cultura e a colheita dos vegetais referidos no caput deste artigo, exclusivamente para fins medicinais ou científicos, em local e prazo predeterminados, mediante fiscalização, respeitadas as ressalvas supramencionadas.((BRASIL, lei nº 11.343, 2006)

Observe que a lei traz em suas linhas informações que “consideram-se como drogas as substâncias ou os produtos capazes de causar dependência, assim especificados em lei ou relacionados em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União” (Brasil,2006).

O Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas-Sisnad, tem a finalidade de:

> Art. 3º O Sisnad tem a finalidade de articular, integrar, organizar e coordenar as atividades relacionadas com:

I - a prevenção do uso indevido, a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas;
II - a repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas. (BRASIL, lei nº 11.343, 2006)

Nesta mesma Lei mostra seus princípios e objetivos:

Art. 4º São princípios do Sisnad:
I - o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, especialmente quanto à sua autonomia e à sua liberdade;
II - o respeito à diversidade e às especificidades populacionais existentes;
III - a promoção dos valores éticos, culturais e de cidadania do povo brasileiro, reconhecendo-os como fatores de proteção para o uso indevido de drogas e outros comportamentos correlacionados;
IV - a promoção de consensos nacionais, de ampla participação social, para o estabelecimento dos fundamentos e estratégias do Sisnad;
V - a promoção da responsabilidade compartilhada entre Estado e Sociedade, reconhecendo a importância da participação social nas atividades do Sisnad;
VI - o reconhecimento da intersetorialidade dos fatores correlacionados com o uso indevido de drogas, com a sua produção não autorizada e o seu tráfico ilícito;
VII - a integração das estratégias nacionais e internacionais de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas e de repressão à sua produção não autorizada e ao seu tráfico ilícito;
VIII - a articulação com os órgãos do Ministério Público e dos Poderes Legislativo e Judiciário visando à cooperação mútua nas atividades do Sisnad;
IX - a adoção de abordagem multidisciplinar que reconheça a interdependência e a natureza complementar das atividades de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas;
X - a observância do equilíbrio entre as atividades de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas e de repressão à sua produção não autorizada e ao seu tráfico ilícito, visando a garantir a estabilidade e o bem-estar social;
XI - a observância às orientações e normas emanadas do Conselho Nacional Antidrogas - Conad.
Art. 5º O Sisnad tem os seguintes objetivos:
I - contribuir para a inclusão social do cidadão, visando a torná-lo menos vulnerável a assumir comportamentos de risco para o uso indevido de drogas, seu tráfico ilícito e outros comportamentos correlacionados;
II - promover a construção e a socialização do conhecimento sobre drogas no país;
III - promover a integração entre as políticas de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas e de repressão à sua produção não autorizada e ao tráfico ilícito e as políticas públicas setoriais dos órgãos do Poder Executivo da União, Distrito Federal, Estados e Municípios;
IV - assegurar as condições para a coordenação, a integração e a articulação das atividades de que trata o art. 3º desta Lei.(BRASIL, lei nº 11.343, 2006)

Como observa-se esta lei tem a preocupação e seu objetivo é manter o controle sobre todos os tipos de drogas e ainda prevenir a sociedade , controlar para estas não possa ser usadas de forma a prejudicar a sociedade em geral com o uso inapropriado, podendo causar dependência, e passando a ser consideradas como drogas e substancias ilícitas .

Albano (2012) nos fala que :

> cada entidade ou organização dá a nomenclatura ou descrição de acordo com seu público alvo. Porém, o conceito sobre drogas é muito mais amplo, pois no decorrer da história foi consolidando no inconsciente popular a concepção de drogas como coisa ruim, nefasta, que não serve para o uso ou consumo humano. Dentro de tal contexto e vendo a quantidade de substâncias que poderiam ser classificadas como drogas, os estudiosos foram criando classificações para melhor organizar tais substâncias em grupos que correspondiam a características similares (correspondentes) temos quatro tipos distintos de classificação das drogas: Divisão das drogas quanto a sua concepção ou origem; Repartição das drogas como medicamentosas, tóxicas, psicotrópicas; Quanto aos estímulos e reações provocadas ao organismo e subdivisão das drogas quanto aos grupos de substância com propriedades químicas parecidas fornecendo-se o nome de cada substância.(Albano, 2012, p.20)

Moreira, (2010) apresenta uma classificação sobre as drogas , as quais dividem-se em grupos:

> ...naturais, sintéticas ou semissintéticas. As naturais geralmente são obtidas através de determinadas plantas, como a cafeína (do café), a nicotina (presente no tabaco), o ópio (na papoula) e o THC tetrahidrocanabiol (da maconha). As drogas sintéticas são fabricadas em laboratório, exigindo para isso técnicas especiais. São exemplos de drogas sintéticas o LSD, o êxtase e os anabolizantes. As drogas semissintéticas são produzidas através de drogas naturais quimicamente alteradas em laboratório, como o crack, a cocaína, a morfina e a maconha modificada (Moreira, 2010, p.33).

Portanto é importante destacar que as drogas estão e sempre estiveram presentes na natureza apreentando-se em diversas formas, portanto a grande maioria das drogas presentes na natureza o homem vem fazendo alterações e produzindo novas formas de drogas como por exemplo as drogas sintéticas.

Moura (2010) , em sua cartilha ainda divide as drogas em categorias como:

> Estimulantes – aquilo que estimula ou incita um comportamento diferente, diz- se de uma substância que estimula o exercício de uma determinada função do organismo. Elas dão ao usuário a impressão de serem mais fortes, mais dinâmicos, de renderem mais no trabalho, mais corajosos para competir e obter posições de destaque;

> Depressoras – o que deprime o organismo, diminuindo suas funções. O uso de tais substâncias deixa a pessoa sedada, relaxada, calma. Um dos efeitos concomitantes com o relaxamento é a capacidade de desligamento dos problemas. Dentro desta categoria estão os narcóticos ou entorpecentes – que são todas as substâncias, as quais, no organismo sejam capazes de provocar entorpecimento ou torpor, isto é, a diminuição das atividades orgânicas. Sob o ponto de vista farmacológico produzem a hipnose ou a analgesia (combate a dor). Estas substâncias que reduzem a atividade mental são chamadas de psicolépticas;
> Alucinógenos – o que provoca alucinações, delírios, visões distorcidas, fora da realidade. Estas substâncias são, também, chamadas de psicodélicos, "perturbadoras", porque provocam anomalias, desvios ou distúrbios de funcionamento do Sistema Nervoso Central. São conhecidas como psicodislépticas. (Moura, 2005, p. 10-11)

Podemos entender que estas divisões traz em suas representações a diversidade de produtos que são consideradas como drogas, ainda destacamos assim que em nossas observações até mesmo impiricas , o ser humano de certa forma vem usando as drogas como uma válvula de escape dos diversos problemas que enfrenta na sociedade ou até mesmo pelo simples prazer e sensações que a droga pode lhes causar, muitos buscam relaxamento, estimulos ou até mesmo segurança.

> Assim, pessoas muito nervosas procuram psicoativos que possam deixá-las mais relaxadas, o que é observado com uma certa frequência nas pessoas viciadas em cigarro que fumam para relaxar e esquecer problemas do dia-dia, já as pessoas mais comedidas em suas ações, é mais comum a procura por estimulantes. É muito comum entre os jovens o uso do álcool nas rodas sociais para que estes se sintam mais seguros para praticarem as atividades próprias das turmas ou grupos sociais das quais estejam inseridos em práticas que vão desde um simples convite de um ou uma parceiro(a) para sair, até estimular-se para praticar alguns esporte radical, Ainda sobre as drogas tidas como depressoras, pode-se citar uma de suas características, o poder que tais entorpecentes têm de dar uma falsa realidade para os usuários, podendo deixá-los confusos, (Albano,2012,p.22)

Ainda é importante registrar os entorpecentes quanto sua classificação, os quais o autor divide em grupos , vejamos

> Primeiro grupo: estão incluídos o ópio e seus derivados, como a morfina, heroína, codeína, eucodal, clorodina, a coca e seu derivado, a cocaína. Deve ser inserido neste grupo o Crack, um subproduto da cocaína.
> Segundo grupo: encontram-se os agentes alucinantes e compreendem o peyote, a mescalina, o cânhamo indiano, a psilocibina, as salnáceas, LSD e o STP.
> Terceiro grupo: estão às substâncias embriagantes, como o álcool, o clorofórmio, o éter, a benzina, e o protóxico de azoto.
> Quarto grupo: o denominado Hypnotico, estão o veronal, brometos e o kawa-kawa, além de outros tranqüilizantes mais modernos. Trata-se da categoria de

> medicamentos capazes de provocar sono.
> Quinto grupo: é composto por estimulantes psíquicos, entre os quais os clássicos: café, cocaína, o chá, a coca, o mate, a cânfora, o betel, o kat, a parica e as anfetaminas. (Silva, 1979, p. 12-17 *apud* Costacurta, 2004, p.17-19)

Vimos que as drogas possuem diversas formas de classificação conforme sua composições quimicas e as várias reações no organismo humano.

Portanto a fase da adolescencia é uma fase que consideramos de maior preocupação, pois ainda estão em fase de crescimento e construção de pensamento, podendo ser assim um alvo fácil para um uso prejudicial e exagerado , pois podem apresentar traças de seres vulneráveis para o perigo das drogas.Por isso se faz necessário a preocupação com estes jovens , O PROERD surge então com estas preocupações com seu trabalho preventivo e educativo.

É de grande importância que nas ações educativas sejam enfatizados o prejuízo que o uso das drogas podem causar para os seres humanos , por isso está temática se faz necessário nos ambientes educacionais, pois assim será possível construir e compartilhar conhecimento em um processo de formação de cidadania, alertar e educar sobre o uso de drogas se faz necessário urgente , pois com o uso das drogas os prejuízos são enormes para qualquer usuário, por isso a escola precisa elevar tais discursões, a escola ainda é um meio bastante eficaz para a construção do conhecimento, destacamos a urgência da busca pela prevenção e promoção da saúde de todos os membros sociais.

As politicas de segurança pública sempre serão necessárias, portando precisa- se de ações em sua prática e não apenas em sua teoria , pois a cada dia percebemos a necessidade de políticas públicas de segurança que busquem a prevenção e a educação, pois nem sempre com repressão teremos efeitos positivos e duradouros, portanto não excluindo o potencial das ações repressivas, mas tambérm buscando redimensioná-las para políticas preventivas e educativas, oportunizando assim uma maior interação social com da participação da comunidade .

2.3 Conhecendo o PROERD: implantação de uma política pública focada na educação e prevenção

Buscando maiores informações sobre o PROERD veremos que este programa tem influência de um programa internacional,

> O programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD é a adaptação do programa norte-americano Drug Abuse Resistence Education - D.A.R.E. Em 1983 o Departamento de Polícia de Los Angeles promoveu um movimento de discussão acerca do uso abusivo de drogas e das condutas criminosas relacionadas a ela que atingiam fortemente a sociedade norte-americana, surgindo então o D.A.R.E, que de acordo com a ONG intitulada DARE América, o programa atualmente é implantado em 49 países (D.A.R.E., s/d). No Brasil, o PROERD foi implantado em 1992, pela Polícia Militar do Rio de Janeiro.(Duarte, 2016, p.05)

O Programa Educacional de Resistência às Drogas traz alguns pontos que são importantes para a prevenção e a resistência em caso de situações que os coloquem diante das drogas:

> O PROERD é alicerçado em três pontos fundamentais: a erradicação das culturas de psicotrópicos, supressão do tráfico e repressão do comércio clandestino (PROERD-BRASIL, s/d). Dessa forma, o trabalho de base acontece através da prevenção ao uso dessas substâncias por jovens que ainda não tiveram contato com a mesma. Isto é, sua orientação vai de encontro à política proibicionista e nas medidas de abstinência, busca ensinar as crianças a resistirem a situações que as coloquem em contato com substâncias, bem como situações de violência e pressão psicológica. A realização do projeto acontece através da articulação entre a Polícia Militar e outras entidades públicas, como secretarias de educação e segurança pública (Duarte,2016,p.05).

Então este programa é realizado exclusivamente pela Polícia Militar e vem com a intenção e a preocupação de prevenir , educar e não de reprimir. Vale destacar que o programa traz objetivos a serem alcançados, como por exemplo levar informações científicas sobre o poder das drogas, informações de como prevenir e negar o uso de drogas, Duarte,(2016), resume os principais objetivos do progama,vejamos:

> Seus objetivos consistem no fortalecimento das informações técnicas sobre as substâncias para os estudantes, ensino de diferentes modos de negar a droga, bem como a conscientização e responsabilização pelos seus comportamentos e suas devidas consequências. Nesse contexto, a prática das atividades é realizada por policiais militares devidamente fardados, treinados – através do curso de formação para instrutores PROERD – e com material apropriado

> para o desenvolvimento das dinâmicas.(Duarte,2016, p.06)

O PROERD dispoe de um material bem ilustrativo e ludico em forma de cartilha em que apresentam-se com características especificas, e estão divididas em três currículos

> O material é disposto em cartilhas, com características específicas, distribuídos em três currículos: PROERD para educação infantil e anos iniciais do fundamental; para o 5º e 7º ano do ensino fundamental. Além disso, há também o trabalho com os pais através do PROERD para Pais/responsáveis. O programa trabalha diretamente nas escolas fazendo curso de formação, no qual as crianças recebem material didático, camisetas e bonés. As aulas do curso acontecem duas vezes horário estipulado pelo currículo escolar Em geral, as cartilhas orientadoras dos cursos PROERD são estruturadas em dez lições. As primeiras têm como objetivo a aproximação com os alunos, e o estabelecimento de combinados entre o instrutor e o grupo visando o bom funcionamento das aulas. Posteriormente o foco é nas informações sobre as substâncias e os efeitos que estas causam no corpo, enfatizando, sobretudo os riscos e as consequências. Além disso, há também lições que trabalham sobre estratégias de "resistência" e o manejo com situações de tensões. É importante pontuar que algumas dessas estratégias correspondem à: não frequentar lugares onde pessoas fazem uso de drogas; andar sempre com amigos que não usam drogas, afastando-se de pessoas que fumam ou bebem. Ademais, a cartilha também traz lições sobre o fortalecimento da comunicação e temas como o bullying.(Duarte,2016, p.07)

Assim observamos que a cartilha que o PROERD disponibiliza e as quais segue em suas formações com os alunos, é rica em informações que buscam aproximação da Polícia Militas com os alunos,informações sobre as substâncias e os efeitos que estas causam no corpo, os riscos e as consequências do uso de drogas. Trabalham ainda as estratégias de "resistência" diante de situações polêmicas. Orientam ainda a não frequentar lugares onde pessoas fazem uso de drogas, relacionar-se com amigos não usuários de drogas, tanto as mais comuns como as mais perigosas, ainda discutem questões para combater a violência e contra o bullying.

> Programas de Segurança Pública, pode-se falar do PROERD, que já é uma instituição referência nos vinte e seis Estados da Federação, mais o Distrito Federal e trabalha justamente esta integração, pois uma de suas vertentes é aproximar a família da escola, através de encontros participativos entre os pais de alunos, a direção do colégio e professores orquestrado pelo policial, profissional devidamente preparado através do Curso de Formação de Instrutor do PROERD (Albano, 2012, p.42).

O PROERD em sua logo faz referências a uma integração entre a Polícia Militar, Família, e a Escola :

Figura 2 - Logomarca do PROERD

Fonte: Site da Polícia Militar de Macapá

Figura 3 - Logomarca do PROERD

Fonte: Site da Polícia Militar de Macapá

Segundo Albano (2012) que explica o significado desta logo,vejamos o que fala sobre a imagem da logomarca do PROERD:

> A logomarca PROERD expressa duas figuras geométricas sobrepostas, um círculo e um triângulo, que fazem uma junção entre os entes. Dentro do círculo a Escola a Polícia Militar e a Família ficam dispostas de maneira a fazer um triângulo onde a Família é a base, o sustentáculo da Sociedade. Ao centro o

> Símbolo Mundial do DARE(O PROERD teve sua origem nos Estados Unidos através da DARE: Drog Abuse. Resistenci Educacion. O Símbolo, Leão, continua sendo usado pelas Polícias Militares brasileiras.), que é um leão simbolizando a força e a liderança com a sigla DARE estampada na camisa (Albano, 2012,p.43).

Portanto vimos assim que desde a logomarca até os principais ideais do PROERD, buscam a harmonia entre escola, família e a polícia.

> A prevenção ao uso e abuso de drogas e a promoção da convivência pacífica e harmoniosa entre as pessoas, tendo como base a Família é a aposta do Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência – PROERD, mostrar sua estrutura e metas no tocante a prevenção primária às drogas e a sugestão de que este programa pode andar de mãos dadas com iniciativas que já estão dando certo somando forças na construção de um mundo melhor através de uma “prevenção inteligente” são os objetivos deste .(Albano, 2012,p.44)

Estamos de comum acordo que para se combater a violência e ainda prevenir contra o uso de drogas se faz necessário o envolvimento da família , escola e os órgão de segurança, por isso acreditamos que o PROERD tem objetivos louváveis , porém precisamos buscar apoio na instituição familiar.

Figura 4 - Cartilhas do PROERD

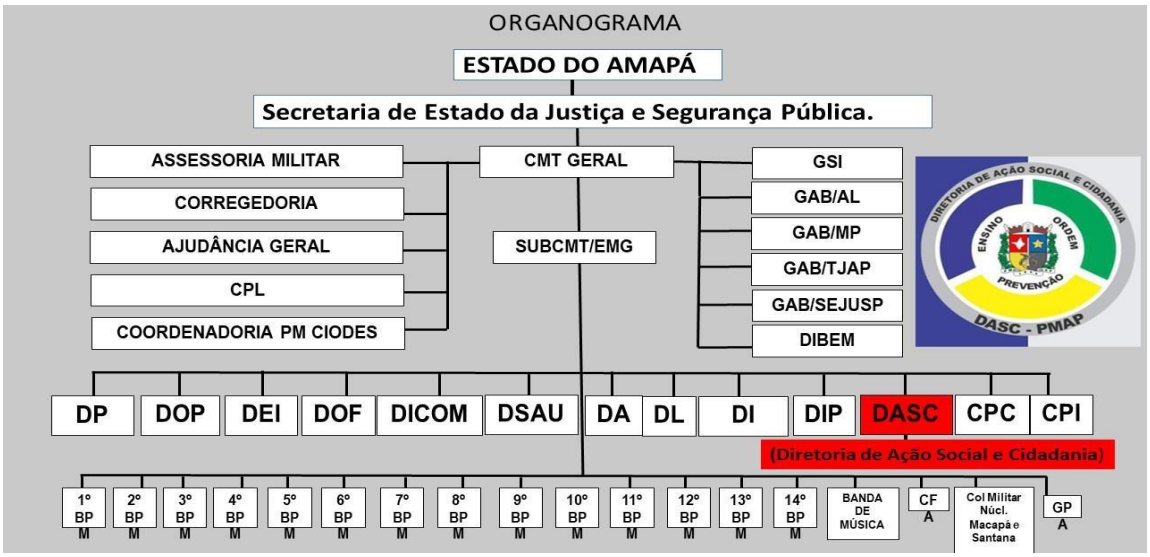
Fonte: Site da Polícia Militar de Macapá.

Vale lembrar que, aqui na Cidade de Macapá o PROERD foi instituído através do Projeto de Lei Nº 0197/11-AL, onde foi sancionado pelo Governo do Estado do Amapá, ficando evidenciado que em seu artigo 6º que as “despesas decorrentes da execução” do PROERD “correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas no

Orçamento nual do Estado do Amapá, mediante proposta da Polícia Militar do Estado, via Secretaria de estado da Justiça e Segurança Pública**".(** Governador do Estado do Amapá.)

Tendo um organograma, onde traz sua ordem nesta pirâmide institucional, até chegar no setor responsável pelo PROERD, no decorrer de nossa pesquisa será melhor explorado , vejamos :

Figura 5 - Organograma da Polícia Militar do Estado do Amapá



Fonte: Polícia Militar.

Observa-se neste organograma que o PROERD , perpassa por várias hierarquias e tem como o setor responsável o DASC (Diretoria de Ação e Cidadania), tendo como lema : Ensino, Ordem e Prevenção.

2.4 História e mudanças no PROERD até os dias atuais

Falando um pouco do surgimento do PROERD é importante destacar que este programa surge no ano de 1983 , mas não como PROERD e sim como *Drug Abuse Resistance Education* (D.A.R.E.) que surge nos Estados Unidos da América (EUA), e que veio para o Brasil somente no ano de 1992, ai sim , foi nomeado de Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd) e na cidade que mais tarde seria a base mais forte do Proerd no Brasil, surge em 1998 em Minas Gerais (Melo,2006).

> A principal estratégia contra esses males é a prevenção por meio do diálogo com as pessoas, ainda durante sua infância e adolescência, fases de suas vidas em que se encontram mais naturalmente aptas a receber orientações e assimilar valores. Investir com o Proerd é interferir positivamente no processo desencadeador do fortalecimento individual dos futuros condutores da sociedade contra as investidas de criminosos e de outras formas de chamamento ao abuso de drogas e à prática de ações antissociais. O Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd) consiste num esforço cooperativo da Polícia Militar, Escola e Família, visando preparar crianças e adolescentes para fazerem escolhas seguras e responsáveis na autocondução de suas vidas, a partir de um modelo de tomada de decisão. Por meio de atividades educacionais em sala de aula, o policial militar devidamente capacitado, fornece aos jovens as estratégias adequadas para tornarem-se bons cidadãos, resistir à oferta de drogas e ao apelo da violência. Com ações direcionadas a toda a comunidade escolar e aos pais/responsáveis, o Proerd também promove a inclusão da família no processo educacional e de prevenção (Melo, 2006).

Com base neste programa as escolas poderão nortear e ainda complementar seus projetos políticos pedagógicos buscando o desenvolvimento do ser cidadão , assim como prevê a própria Lei de Diretrizes e Bases.

Como falamos o PROERD tem suas origens fora do Brasil, e conforme MELO(2006) a partir do grande aumento do uso de drogas nos Estados Unidos a partir da década de 1970 e início dos anos 1980, foi justamente quando o chefe de polícia Daryl F. Gates que inicio a busca por formas de intervir no ciclo vicioso das dragas juntamente com as práticas criminosas que estava cada vez mais acentuando-se, foi então que depois de muitas reuniões e discursões surge o resultado com o lançamento do Programa em 1983 que buscava prevenir contra o uso de drogas, programa este, denominado de D.A.R.E.(o Drug Abuse Resistance Education).

Com base em Melo (2006):

> Os idealizadores do programa chegaram à conclusão de que os alunos perceberiam os policiais como os mais confiáveis para aplicar as lições devido à experiência deles em lidar com as consequências advindas do abuso de drogas. Assim, definiram como princípio basilar que os currículos deveriam ser ministrados por policiais uniformizados, especialmente selecionados e treinados, sendo o programa uma extensão natural das ações de polícia comunitária. O D.A.R.E. tornou-se muito popular e rapidamente se expandiu para todo o país, consolidando-se como um dos maiores programas de prevenção dos EUA, sob administração da Organização Não- Governamental (ONG) intitulada *D.A.R.E. America*, que é proprietária da marca, bem como dos direitos autorais e intelectuais do programa em todo o mundo. Com a expansão internacional, foi criado o *D.A.R.E. International*, uma divisão destinada a gerir e controlar o desenvolvimento do D.A.R.E. fora dos EUA. Atualmente o programa é ministrado em todos os 50 estados norte-americanos e em mais de 50 países (Melo, 2006, p.3).

Este autor nos fala ainda que nas primeiras décadas da história do Currículo do D.A.R.E, foram momentos em que muitas críticas foram tecidas em relação a este programa , críticas que os cientistas e pesquisadores faziam em relação aos resultados obtidos pelo programa, as críticas eram justamente devido o programa ter sido planejado apenas por policiais e professores sem a presença dos especialistas,

> Assim, apesar da alta popularidade e da rápida expansão nos EUA e no mundo, por mais de uma década o programa recebeu severas críticas da comunidade científica em relação à eficiência de seus benefícios. O Departamento de Justiça Americano financiou o primeiro estudo nacional do D.A.R.E. e os resultados, divulgados em 1994, mostraram apenas pequenas reduções em curto prazo no uso de álcool e tabaco pelos participantes, mas nenhuma redução no uso de maconha. Um relatório da Justiça Americana do ano 2009 citou trinta avaliações posteriores nas quais também não houve melhora significativa em longo prazo no abuso de substâncias pelos adolescentes.(Melo, 2006 p. 07)

Percebemos que após as pesquisas os resultados apontaram que realmente os pesquisadores críticos tinham razão e o alcance do programa estava ainda muito baixo. Começam assim a surgir as mudanças em sua estrutura e elaboração, mudanças que nortearam nossa atualidade no PROERD Nacional e local, pois,

> A partir de 1998, cientistas comportamentais passaram a sugerir uma abordagem diferente, com base em pesquisas bem-sucedidas sobre mudança de comportamento. Em vez de lições meramente informativas, eles propuseram um programa de construção prática do conhecimento, no qual o policial fornece estratégias de comunicação e tomada de decisão, permitindo que as crianças pratiquem essas habilidades através de dramatizações e simulações. Diante Os novos currículos *D.A.R.E. "Keepin' it REAL"*, ou Proerd "Caindo na REAL", foram desenvolvidos pelos pesquisadores da Universidade Estadual da Pensilvânia – EUA, Dr. Michael L. Hecht19 e Dra. Michelle Miller Day20. Nesse novo formato os policiais instrutores falam por apenas cerca de oito minutos durante cada lição, para que os alunos passem mais tempo praticando decisões difíceis em atividades com seus colegas de classe. (p.08)

Percebemos que quando o programa começa a seguir e basear-se nas sugestões científicas ,surge assim uma nova visão com um novo currículo denominados de "Caindo na REAL" considerado como uma nova estratégia institucional , nos colocando neste patamar da evolução, nos mostrando como surgiu, como vieram as mudanças e como estamos na atualidade, pois

> Atualmente, todos os currículos são apropriados para cada faixa etária, fundamentados em pesquisa científica e escritos por um painel de especialistas curriculares e de prevenção, estando em consonância aos Parâmetros Curriculares Nacionais (no Brasil) e aos Padrões Educacionais Fundamentais da Saúde, Artes da Linguagem e Matemática (nos Estados Unidos). Os cinco currículos educacionais representam uma ação permanente do Estado na prevenção primária e formam um sistema completo no qual os conceitos e habilidades enfatizadas pelo programa são desenvolvidos de forma gradual e progressiva, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, contando ainda com um currículo especial que prepara adultos (pais/responsáveis) para ajudar as crianças e adolescente a colocarem em prática esses conhecimentos. (Melo, 2006, p.9)

Portanto pudemos perceber que o PROERD que temos hoje passou por muitas mudanças, sempre buscando melhores e maiores resultados .

No Brasil o Programa começa apenas em 1992, onde a polícia Militar do Rio de Janeiro toma conhecimento do D.A.R.E. e busca parceria e consegue a capacitação de alguns policiais militares, após este evento o D.A.R.E. ganha uma versão brasileira, com sua tradução para o português, assim passou a ser chamado de Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd).

> Após o sucesso do Proerd naquele Estado, o programa foi implantado também em São Paulo e, gradativamente, expandiu-se para as demais regiões do país, sendo hoje adotado por todas as polícias militares do Brasil. Diante da situação epidêmica de drogas que se apresentava no país, em meados de 2001 o Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (CNCG) institucionalizou o Proerd como seu projeto de prevenção primária ao uso e abuso de drogas no Brasil, em consonância com as deliberações constantes na Carta de Fortaleza. (MELO,2006, p.9)

Portanto o Estado de Minas Gerais se destacou com os resultados alcançados e no ano 2005 a Polícia Militar de Minas Gerais foi diplomada como Centro de Treinamento Internacional do programa, pois o programa Proerd demonstrou-se eficaz para a construção e formação cidadã, aprendendo a tomar as decisões corretas, respeitando as diversidades sociais e buscando a convivência segura e saudável (p.15)

2.5 Histórico da Polícia Militar do Estado do Amapá

A Polícia Militar do Estado do Amapá tem aproximadamente 73 anos , para falar da história desta entidade se faz necessário nos remeter sua forma mais antiga no estado, pois quando foi criado o Território Federal do Amapá no ano de 1943, foi quando foi criado Guarda Municipal , a qual se tornaria a Policia Militar de hoje ,

> O Território Federal do Amapá foi criado em 13 de setembro de 1943, pelo Presidente da República - Getúlio Vargas - que assinou o decreto-lei nº 5.812, criando os Territórios do Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porá e Iguaçu.O governador, nomeado pelo presidente Getúlio Vargas - capitão Janary Gentil Nunes, foi autorizado a prover segurança ao território. O Decreto Lei nº 5839 de 21 de setembro de 1943, diz em uns de seus artigos: *"Art. 4º ao governador compete: X – Prover a organização de uma guarda territorial, que será civil;".* Foi criada assim a "saudosa" Guarda Territorial, em 17 de fevereiro de 1944, através do Decreto Lei nº 08 do Governo Territorial do Amapá.A Guarda Territorial se destaca não só pela força pública, mas também com auxílio ao governo local na prestação de determinados serviços básicos de atendimento à população e que vão além da missão de policiamento como: carpintaria, marcenaria, manutenção de prédios públicos, pinturas de prédios públicos, organização de enterros em caso de falecimentos, sapataria e alfaiataria.A sede da Guarda Territorial era a Fortaleza de São José de Macapá, que executou seus serviços de segurança pública por mais de 32 anos, ajudando no desenvolvimento do Território Federal do Amapá e, proporcionando o "bem estar" da população Amapaense. [...] Muitos de seus personagens, heróis, alguns já falecidos, que compuseram o efetivo, até os dias de hoje, sobrevivem em histórias contadas em rodas de amigos, sobrevivendo como "lendas" de um Amapá que teve sua liberdade através de autonomia política e que, acima de tudo, foi transformada em Polícia Militar do Território Federal do Amapá, que até hoje conta sua história através dos seus atuais "guardas", como os policiais militares carinhosamente, até os dias de hoje, gostam de ser chamados.(https://pm.portal.ap.gov.br)

Assim com a criação da Polícia Militar do Amapá no ano de 1975, através da Lei n.º 6.270, de 26 de novembro de 1975. É a confirmação da continuidade de sua missão no estado:

> A Polícia Militar do Território Federal do Amapá foi criada pela Lei n.º 6.270, de 26 de novembro de 1975, pelo Presidente da República Ernesto Geisel, com a finalidade destinada à manutenção da ordem pública, com base aos preceitos de disciplina e hierarquia. [...] Tal lei determinava a criação das Polícias Militares nos Territórios Federais do Amapá, de Rondônia e de Roraima, cuja "missão era executar com exclusividade o policiamento ostensivo fardado, planejado pelas autoridades competentes, a fim de assegurar o cumprimento da lei e o exercício dos poderes constituídos". Porém, para estes dois últimos territórios, os preparativos da transformação da Guarda Territorial em Polícia Militar ocorreram no início de 1971, quando utilizaram o dispositivo legal previsto no artigo 77 do decreto lei nº 411 - de 8 de janeiro de 1969, na qual diz: "as atuais Guardas Territoriais serão transformadas em Polícias Militares".(https://pm.portal.ap.gov.br)

Portanto com esta lei (6270/75) institucionalizava e acabava formalizando o que já estava acontecendo desde o ano de 1970:

> Nos documentos oficiais da época, constam a "transformação" da GT em Polícia Militar, e em muitos BG´s da própria PM, constarem em seu efetivo exercendo funções de graduados e até mesmo de oficiais, os Guardas Territoriais foram pouco a pouco sendo transformados em policiais militares: Com o tempo, apesar

> do decreto Lei nº 411, os Guardas Territoriais tiveram que fazer concurso para graduados (Sargentos e Cabos) dentro do efetivo da Polícia Militar do Amapá ou, opinar para se deslocarem para outros órgãos públicos. Muitos opinaram por permanecer dentro do efetivo da Polícia, preferindo perder sua precedência hierárquica. (https://pm.portal.ap.gov.br)

Com base nas informações expostas, vale destacar que na época a Secretaria de Segurança Pública criou um departamento que buscava dar assistência aos membros da polícia, e ainda teria a função principal de transformar a guarda Territorial em Polícia Militar

> Tal departamento realizava uma seleção interna entre os membros da Guarda Territorial, na qual seria disponível o total de 10 (dez) vagas, sendo que os 5 (cinco) primeiros candidatos iriam realizar o Curso de Formação de Oficiais em Sergipe, os demais aprovados iriam para Estado de Goiás para realizarem o Curso de Formação de Sargentos. Foram selecionas para o Curso de Oficiais: Calixtrato Videira da Silva, Francisco das Chagas, João Estoesse Monteiro de Araújo, Paulo Amilcas Costa da Silva e Tomé Antônio da Silva. Para o Curso de Sargentos foram convocados: Ausemar das Graças Neves Corrêa, José de Oliveira Santos, João Haroldo Andrade da Costa, João de Oliveira Cardoso e Raimundo Nonato Castro Alencar. Portanto, a transformação da força policial amapaense representou a continuidade do policiamento ostensivo e a manutenção da ordem pública, atuando de maneira preventiva ou repressiva, realizando também serviços de prevenção e extinção de incêndios. Como podemos perceber a Polícia Militar e a Guarda Territorial, possuíam a mesma missão, em momentos históricos distintos, Trata-se da mudança de uma força mais bem estruturada e bem preparada para o combate ao crime.(https://pm.portal.ap.gov.br)

Conforme nossos estudos podemos dizer que a Guarda Municipal permaneceu atendendo a sociedade local em média de trinta e dois anos , vale destacar que estes agrupamentos atuavam em vários tipos de serviços :

> Tratava-se de uma organização de caráter civil, que atuava na área de segurança pública, na construção civil e nos serviços de limpeza, saneamento e na confecção de urnas funerárias para os indigentes, cortava as árvores, combatia os incêndios e pragas como formigas e saúvas. Por isso, além de proteger a vida e a propriedade da população local, tinha também como finalidade manutenção da ordem pública e as leis do país, cooperando para a construção de obras públicas. Vale ressaltar que, apesar da Guarda Territorial ser uma instituição de caráter civil, a mesma recebeu treinamento militar e, também, mecanismos militares da época como solenidades e regulamentos, ressaltando que seus comandantes foram todos militares oriundos do Exército brasileiro. (https://pm.portal.ap.gov.br)

A Guarda Municipal antecedeu o que temos hoje de Policia Militar, portanto teve sua importância e contribuição para o crescimento da Polícia que temos hoje , e

ainda ajudou para a valorização de grande de nomes que vieram para construir os diversos campos sociais da Estado do Amapá.

> A Guarda Territorial consolida-se como um dos primeiros mecanismos administrativos usados durante a criação e efetivação do Território Federal do Amapá, trazendo consigo a valorização de figuras amapaenses importantes. Pessoas engajadas e ansiosas para fazerem parte da política e do cotidiano de sua sociedade, além de trazer para suas atuações políticas, características mais peculiares e regionais, desvinculando-se em parte, de políticas externas o que favoreceu a massificação política, social e econômica do recém-criado Território. (https://pm.portal.ap.gov.br)

Em nossa atualidade podemos dizer que temos uma polícia moderna e atualizada, com poderes de policiamento ostensivo com poderes de preservar a ordem e garantir nossos direitos garantidos já previstos em Lei, assumindo também muitas outras funções vejamos:

> A Polícia Militar, instituição permanente e regular, força auxiliar e reserva do Exército Brasileiro, é dirigida por Comandante Geral e tem como atribuição realizar o policiamento ostensivo fardado, a preservação da ordem pública e outras atribuições previstas em lei. Compete ainda a Polícia Militar, em consonância com o disposto na Constituição Estadual: a polícia judiciária militar, nos termos da legislação federal; a orientação e instrução das Guardas Municipais, nos Municípios onde houver, mediante convênio assistencial e autorizativo celebrado entre os respectivos entes federados; a garantia do exercício do Poder de Polícia, dos poderes e órgãos públicos do Estado, especialmente os da área judicial, fazendária, sanitária, de uso e ocupação do solo, do patrimônio cultural, do meio ambiente e do trânsito terrestre; a execução da função de polícia ostensiva nas rodovias estaduais; atuar de maneira preventiva, como força de dissuasão, em locais ou áreas específicas, onde se presuma ser possível a perturbação da ordem; atuar de maneira repressiva, em caso de perturbação da ordem, precedendo ao eventual emprego de outras forças. (https://pm.portal.ap.gov.br)

Os tempos modernos chegaram e hoje podemos dizer que a Polícia Militar vem avançando e acompanhando as mudanças contemporâneas em seus mais variados aspectos, podemos usar como um grande exemplo disso o próprio comando da Polícia Militar do Amapá ,que hoje é composta por uma mulher , a nossa Comandante geral - Coronel Heliane Braga de Almeida, a qual foi nomeada e empossada este ano (2022), a mesma já tinha ocupado outros cargos de relevância dentro da Policia Militar do Amapá:

> A coronel Heliane Braga de Almeida integra a PM há 23 anos. Neste período, ela comandou o Batalhão de Policiamento Estadual (BPRE) até setembro de 2021; foi subcomandante do 1º Batalhão da PM; do Batalhão Ambiental; e chefiou o

> Centro de Formação e Aperfeiçoamento (CFA), onde foram propostas e implementadas diversas melhorias na formação dos militares da instituição.Sua formação inclui bacharelados em Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar do Cabo Branco/Universidade Estadual da Paraíba (2001); em Fisioterapia pela Faculdade Seama (2007); e em Direito pela Universidade Federal do Amapá – Unifap (2017).(https://www.portal.ap.gov.br/estrutura/comando-geral-da-policia-militar-do-amapa).

Portando podemos dizer que os gestores atuais da Polícia Militar detém de formação e capacitação técnica o que aumenta seu compromisso com as questões que envolvem os fundamentos da Polícia Militar, e ainda podendo atuar não só na repressão, mas também na prevenção e educação.

3 PROCEDIMENTOS DETALHADOS

Todo estudo se constitui de um número de procedimentos e técnicas a serem adotadas pelo pesquisador para chegar aos resultados esperados, onde essas técnicas precisam estar interligadas aos objetivos, linha de pesquisa e temática estudada e questão norteadora.

Nas perspectivas de Castilho, Borges e Pereira (2014) os métodos devem ser definidos de acordo com os aspectos científicos, filosóficos e de literatura na qual a temática se situa, onde cada estudo tem suas peculiaridades, grau de abstração e finalidade, precisando constar na metodologia os itens exigidos para elaboração de trabalhos científicos, assim como os métodos auxiliares que irão nortear o leitor quanto às etapas do estudo para chegar a tais resultados.

Ao falar sobre os métodos utilizados para a elaboração de estudos na área das políticas públicas Surely (2008) enfatiza que os mesmos precisam estar interligados a um referencial teórico que defina as políticas públicas como paradigmas, visto que um paradigma não é somente uma imagem social, mas um conglomerado de elementos cognitivos e práticos que estruturam a atividade de um sistema de atores que o tornam coerente e durável, e que para serem estudados precisam da delimitação de paradigmas e elementos a exemplo de: princípios metafísicos gerais, hipóteses, metodologias e instrumentos específicos.

Diante desta premissa no que se refere aos objetivos adotou-se da pesquisa qualitativa com procedimentos técnicos da pesquisa documental, analisando os documentos de criação do PROERD Nacional, documentos de criação do Proerd local, documentos que comprovam o desenvolvimento dos projetos que a Polícia Militar vem desenvolvendo na comunidade escolar, registros do desenvolvimento do PROERD em Macapá, foram analisados todos os documentos referentes ao PROERD Macapá, tomando como referência a constituição legal do PROERD Nacional e estadual onde foram feitas análises sobre todos os documentos relacionados aos desenvolvimento do PROERD pela Polícia Militar do Estado do Amapá, tendo como fonte de pesquisa a lei de regulamentação do PROERD Macapá, os projetos desenvolvidos relacionados a este programa pela Polícia Militar de Macapá, analisamos ainda todos os registros , incluindo fotos, imagens e vídeos relacionados a esta temática, pois acreditamos que tais registros

incluem-se como fonte documental, assim tivemos nossos resultados e embasamentos teóricos baseados na coleta de dados documentais e registros os quais tivemos como fonte de pesquisa: o Programa do PROERD, analisando a implantação desta política pública nacional na cidade de Macapá.

A pesquisa documental nos permitiu um levantamento sobre os contextos referentes ao programa, conceitos e aspectos normativos relacionados às políticas públicas, bem como as prerrogativas que sustentam sua implantação, as perspectivas de seu desenvolvimento e seu alcance no estado do Amapá.

Definida a tipologia do estudo é importante a definição quanto a tipologia, que por sua vez, nesse estudo foi utilizado para resolução do problema proposto o método qualitativo.

Segundo Sampieri Collado e Lucio, (2013, p. 376) através da “pesquisa qualitativa é compreender e aprofundar os fenômenos, que são explorados a partir da perspectiva dos participantes em um ambiente natural e em relação ao contexto”. Assim, a mesma foi escolhida para descrever sobre a implantação do programa educacional PROERD no contexto das políticas públicas no Estado do Amapá, identificando também como as instituições vêm trabalhando a implantação e desenvolvimento da promoção social através do combate às drogas ilícitas e à criminalidade

Definidas as primeiras etapas do estudo se faz necessário a definição de procedimentos técnicos, que por sua vez e por suas especificidades define-se nessa pesquisa o uso de análises documentais, projetos, imagens e vídeos buscando nossos objetivos no campo definido como lócus do estudo.

Portanto nossos estudos foram realizados com base nas análises documentais, onde foi possível nossa compreensão sobre a implantação e desenvolvimento do PROERD em Macapá.

> Em suma os documentos estão ligados às suas realidades sociais e dizem muito a respeito das sociedades aos quais foram ou estão inseridos. Mas as abordagens críticas feitas aos documentos irão depender de cada pesquisador, estando longe de ser um *corpus* de pensamento unificado, uma vez que a análise de um determinado documento vai depender também do presente e das particularidades de cada pesquisador. (Junior; Medeiros; Augusta,2017,p. 143)

De posse dos dados coletados e das análises documentais que realizamos, pudemos conhecer de fato o Programa do PROERD e sua implementação no estado do Amapá.

> Quando um pesquisador utiliza documentos objetivando extrair dele informações, ele o faz investigando, examinando, usando técnicas apropriadas para seu manuseio e análise; segue etapas e procedimentos; organiza informações a serem categorizadas e posteriormente analisadas; por fim, elabora sínteses, ou seja, na realidade, as ações dos investigadores – cujos objetos são documentos – estão impregnadas de aspectos metodológicos, técnicos e analíticos(Sá-Silva ;Almeida ; Guindani,2009.p.04)

E foi desta forma que fizemos nossas estudos, pelo método de análises documentais, com técnicas de leitura ,fichamento, análises das temáticas em separadas nas categorias que foram analisadas e construídas nossas análises e mensurações sobre tais temáticas, pois sabemos da necessidade dos métodos e técnicas que fundamentaram nossa pesquisa e foi possível alcançar resultados reais , os quais nos oportunizaram a coletar, observar, fazer a seleção e assim foi possível organizarmos nossas considerações sobre o problema pesquisado.

Mediante a definição e complementação dos aspectos metodológicos citados os instrumentos de aplicabilidade para a coleta de informações as análises documentais, documentos que foram requeridos a instituição da Polícia Militar do Amapá, aos coordenadores e gestores dos setores responsáveis por estes programas sociais ofertado à comunidade atendida, onde buscamos identificar a implantação, efetividade e resultados das ações públicas executadas pelo PROERD Macapá.

4 PROERD E O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO NA CIDADE DE MACAPÁ

4.1 Lei que institui o Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD no âmbito do Estado do Amapá

Como já mencionamos anteriormente o Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência – Proerd destaca em sua finalidade a função de prevenir e reduzir o uso de drogas e ainda combater a violência entre adolescentes, crianças, jovens e adultos, e ainda buscar alertar e prevenir contra as influências que pode sofrer para usar as drogras ou ações violentas, o Proerd em sua metodologia preocupa-se em ensinar e resistir tais influências , através desta política pública de prevenção onde os instrutores são policiais militares que são preparados e capacitados para atuarem nestas intervenções pedagógicas e educacionais.

O programa do Proerd baseia-se em ações que buscam a junção entre Instrutor-Proerd(PM), professores, pais ou responsáveis e comunidade em geral, sempre com objetivo de prevenção e redução de uso indevido de drogas e do envolvimento com a violência, entre crianças e adolescentes, buscando ainda melhor relação de confiabilidade entre comunidade, Policial Militar e os estudantes.

Sendo assim, podemos considerar que o Proerd é colocado em prática como uma política pública de segurança e prevenção pela Polícia Militar em todos os Estados brasileiros, chegando em Macapá através do **PROJETO DE LEI Nº 0197/11-AL,** que Institui o Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD no âmbito do Estado do Amapá e dá outras providências.

Observa-se que em Macapá o programa do Proerd começa a ser instituído no ano de 2011 através desta lei aprovada na Assembleia Legislativa e sancionada pelo governador do Estado do Amapá, sendo que no Brasil inicia-se a implantação no ano de 1992 nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, dezenove(19) anos após a implantação no Brasil , é que surge o projeto de lei de implantação do PROERD em Macapá. Porém foi regulamentado pelo Quartel da Polícia Militar apenas em 11 de julho de 2019 através da **PORTARIA Nº 068/2019 – GAB. CMDO GERAL,** oito(08) anos após o projeto de lei ser promulgado pelo governo do estado do Amapá e vinte e sete (27)anos

após a chegado do PROERD no Brasil é que a PM institui e normatiza o programa no Estado do Amapá.

Percebemos que o tempo entre a implantação no Brasil e a implementação no estado do Amapá é bastante diferente chegando a 27 anos de diferença e de atraso em relação aos outros estados do Brasil.

Mesmo assim, vale destacar a grande importância do PROERD em Macapá , pois mesmo chegando atrasado , o **PROJETO DE LEI Nº 0197/11-AL** traz em suas fundamentações as orientações baseado no modelo internacional “Drug Abuse Resistance Education – D.A.R.E.,

> Art. 1°. Fica institucionalizado o Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD, baseado no modelo internacional “Drug Abuse Resistance Education – D.A.R.E., recomendado pela ONU – Organização das Nações Unidas, a ser desenvolvido nas redes de ensino público e privado do Estado do Amapá mediante a realização de ações preventivas e cooperativas entre a polícia ostensiva, a escola e a família.
> Art. 2º. O PROERD será executado exclusivamente pela Polícia Militar do Estado do Amapá, de acordo com a matriz curricular pedagógica nacional específica, constituindo-se em tema transversal de cidadania, conforme previsto na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.(Macapá(Ap),2011)

Observe que o projeto de Lei toma como base o modelo Internacional, pois no Brasil ainda não temos uma Lei federal que regulamenta o PROERD no Brasil, porém já tramita desde 2009 no Congresso Nacional um projeto de Lei que institui o PROERD no Brasil, do Do Sr. Acélio Casagrande, onde :

> “Instituí o “Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD” nas escolas das redes pública e privada e dá outras providências.” O Congresso Nacional decreta:
> Art. 1º - Fica instituído nas escolas das redes pública e privada de ensino, o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD. Parágrafo único – O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD consistirá na realização de atividades educativas voltadas à prevenção do uso de drogas e entorpecentes.
> Art. 2º A aplicação do Programa Educacional de Resistências às Drogas e à Violência – PROERD, será obrigatório a todos os alunos matriculados a partir da 4ª série e 4º ano do ensino fundamental.
> Art. 3º. As aulas, que terá caráter social preventivo, será ministrada em salas na própria escola e constarão da grade curricular.(BRASIL,2009)

Veja que a nível Nacional a lei de criação do PROERD ainda tramita no Senado Federal, talvez por isso que o projeto de Lei aqui do Estado do Amapá seja

baseado no projeto Internacional, que é justamente o marco inicial par todos os estados brasileiros.

Na Lei de criação do Proerd aqui do Estado do Amapá deixa bem claro os objetivos destas intervenções

> Art. 3º. O PROERD consistirá no desenvolvimento de atividades de ensino voltadas para a disseminação de noções de cidadania e a prevenção ao uso indevido de drogras e à prática de atos de violência entre estudantes da rede pública e privada de ensino do Estado do Amapá.
> Parágrafo único – As atividades curriculares constantes do programa poderão ser direcionadas à capacitação de membros da sociedade civil organizada, com a aplicação de metodologia específica para adultos.
> Art. 4º. Para a execução do referido programa, serão destinados recursos de custeio e investimento para aquisição de material didático, tais como serviços gráficos para reprodução de material didático padrão do DARE ou que vier a ser desenvolvido pelas equipes estaduais, camisetas, bonés, certificados, divulgação e operacionalização das ações e capacitação de policias militares para operarem como instrutores do programa. .(Macapá(Ap),2011)

A lei traz em seu contexto todas as preocupações de seu projeto inicial, onde busca educar e prevenir contra o uso de drogas a ainda contra as práticas violentas que possam vir a acontecer nas escolas de rete pública e privada do estado do Amapá, ainda discorre sobre os recursos e investimentos para a aquisição de seus materiais, ressaltam ainda que o material didático devem seguir o padrão do projeto original do DARE, deixando evidente que existe a necessidade de capacitar os policiais militares os quais serão os instrutores do Proerd local.

Pois em seu artigo já discrimina quem serão aqueles que irão desenvolver o projeto no Estado do Amapá:

> Art. 5º. O quadro de pessoal efetivo que desenvolverá o PROERD nas unidades escolares será composto exclusivamente de servidores militares da Polícia Militar do Estado, devidamente certificados pelos organismos nacionais que regulamentam o referido programa.
>
> Art. 6º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas no Orçamento Anual do Estado do Amapá, mediante proposta da Polícia Militar do Estado, via Secretaria de estado da Justiça e Segurança Pública. (Macapá(Ap),2011)

Ficando expressamente determinado e vidente que quem irá desenvolver o Proerd, serão os funcionários efetivos do corpo da Policia Militar do Estado do Amapá, discorrendo ainda sobre as despesas que serão orçadas anualmente pela Polícia Militar,

apresentando assim a proposta orçamentária para a Secretaria de Segurança do Estado do Amapá.

Ficando assim sancionado a Lei estadual no ano de 2011, porém apenas em 2019 a Polícia Militar do Estado do Amapá baixa a portaria de Nº 068/2019 instituindo as atividades do Programa Educacional de Resistência as Drogas no âmbito da Polícia Militar do Amapá, oito anos após a lei estadual ser sancionada.

A Polícia Militar em sua portaria de Nº 068/2019 traz em suas linhas a seguinte pauta:

> **Art. 1º.** Instituir o Programa Educacional de Resistência às drogas - PROERD, na Polícia Militar do estado do Amapá, constituindo medidas proativas, sendo atividade fim, para o controle de violência e criminalidade, complementar as ações preventivas e repressivas ao uso indevido de drogas.
>
> **Art. 2º.** O PROERD é uma metodologia preventiva de policiamento que deve ser implementado em parceria com as escolas e famílias, com o objetivo de reduzir o consumo de drogas licitas e ilícitas.
>
> **Art. 3º.** A aplicação do PROERD em escolas da rede de ensino pública ou particular deve ser precedida de autorização do Comandante Geral mediante proposta do Coordenador Estadual do PROERD.
>
> **Art. 4º.** A aplicação do PROERD da rede de ensino deve ser precedida de acordo firmado pela corporação com o respectivo segmento interessado na esfera estadual, municipal ou particular. (Macapá(Ap),2019)

Portanto, felizmente a Policia Militar institui e normatiza o Proerd em Macapá, começando assim as articulações para o controle de violência e criminalidade, complementando também as ações preventivas e repressivas ao uso indevido de drogas.

Nesta mesma portaria a Polícia Militar do Estado do Amapá, deixa evidente de quem será as responsabilidades de desenvolver tais ações:

> **Art. 5º.** Cabem aos policiais militares integrante da equipe do PROERD a iniciativa, atitude participativa permanente, soluções alternativas na resolução de problemas e a busca sistemática de parcerias e interações com as comunidades escolares.
>
> **Art. 6º.** Compete ao policial militar instrutor do PROERD:
> 2.5.1 - Ministrar aulas nas Unidades de Ensino indicadas pela DASC/PMAP através da Coordenação do Programa;
> 2.5.2 – Provocar, organizar e participar de reuniões com pais e responsáveis;
> 2.5.3 – Provocar, organizar e participar de reuniões com diretores e

> professores;
> 2.5.4 – Ministrar palestras na esfera de sua competência, com a devida autorização;
> 2.5.5 - Confeccionar o planejamento didático de aulas e palestras;
> 2.5.6 - Detalhar o calendário de aulas nas diversas turmas;
> 2.5.7 - Participar de atividades extracurriculares nas escolas em que atuar;
> 2.5.8 - Sugerir escolas para inclusão no planejamento de palestras;
> 2.5.9 - Produzir e remeter à Coordenação Estadual, relatório periódico sobre o desenvolvimento do PROERD, indicando aspectos positivos e negativos vivenciados. Devendo, nos casos de primeira atuação do docente em escolas, ser confeccionado e remetido semanalmente às sextas-feiras, conforme modelo próprio;
> 2.5.10 – Detectar problemas relacionados com a segurança na sua área de atuação, discutindo as possíveis soluções com a comunidade, o Comando da OPM e Coordenação do PROERD para a adoção das medidas necessárias, em parceria. (Macapá(Ap),2019)

A polícia Militar nesta mesma portaria faz referências de como o policial deverá apresentar-se para o desenvolvimento e atividades do Proerd e ainda dos conteúdos a serem trabalhados, como as aulas deverão ser, destacando ainda seus conteúdos e sua aplicação

> **Art. 9º.** O Proerd é aplicado por policiais ***fardados com uniforme operacional completo e em duplas***, na modalidade de polícia comunitária, incluindo, além do desenvolvimento do conteúdo específico do programa, a realização de palestras, projetos e reuniões com pais e corpo diretivo e docente das escolas.
> **Art. 10.** As aulas para os alunos são ministradas uma vez por semana e cada Policial Militar instrutor ministrará estas aulas para 12 (doze) turmas, de acordo com o previsto em cronograma e tempo específico para cada faixa etária, contando, impreterivelmente de acordo com a direção da escola, com a presença dos professores responsáveis pela turma em sala de aula. **Durante sua permanência na escola, o policial militar promove visitas em outras turmas, convive ao longo do dia com toda comunidade escolar e faz acompanhamento nos horários de saída dos alunos**, respeitando assim a essência do **policiamento ostensivo preventivo.**
>
> **Art. 11.** As aulas do projeto “PROERD Pé na Estrada” são ministradas por 03 (três) policiais instrutores no período de 15 (quinze) dias no município atendido, sem prejuízo das atividades normais ordinárias. Estes policiais são responsáveis por ministrarem os currículos para 5º ano e pais, nos três turnos, devido se tratar de uma atividade modular. Os policiais após o término das atividades deverão repor as aulas nas escolas do serviço ordinário no período de sua ausência, por se tratar de uma atividade extra e suas turmas terem sido suspensas, conforme panorama de atendimento.

As atividades desenvolvidas pelo Proerd não prejudicarão as atividades normais dos educandos, e ainda sobre as possíveis ocorrência que possam a vir a ocorrer na escola ou em suas proximidades a portaria faz referências em seu capitulo V:

> **Art. 12.** Nas ocorrências policiais, envolvendo alunos, professores ou funcionários da escola, em seu interior ou cercanias e que requeiram uma pronta ação, o policial militar instrutor Proerd deverá adotar as medidas que se fizerem necessárias, solicitando, posteriormente, o apoio do policiamento da área para o encaminhamento da ocorrência.
> **Art. 13.** O Policial Militar instrutor Proerd não fará revistas pessoais em alunos, exceto nos casos de fundada suspeita que necessitem pronta intervenção ou que venham colocar em risco a integridade dos mesmos ou de terceiros.
> **Art. 14.** Os dados obtidos serão remetidos à Coordenadoria Estadual pelo Policial Militar, observadas as condições de sigilo exigidas para cada situação;

O Proerd pode-se dizer que é uma parceria entre a escola, comunidade, pais, polícia militar e família , trata-se de uma parceria em que busca-se resultados efetivos , onde venha surtir efeito para uma redução da criminalidade, proteção contra o uso de drogas e ainda resistir aos diversos situações que possam encaminhar parta este mundo de vícios e drogas, busca-se a melhoria da segurança e consequentemente da qualidade de vida em sociedade .

4.2 A formação dos profissionais do PROERD em Macapá

A própria lei que institui o Proerd em Macapá já diz sobre seus instrutores , que serão todos do “quadro de pessoal efetivo que desenvolverá o PROERD nas unidades escolares será composto exclusivamente de servidores militares da Polícia Militar do Estado, devidamente certificados pelos organismos nacionais que regulamentam o referido programa” (Macapá/ap,2011).

Vale destacar que os instrutores que fazem parte do Proerd Macapá são todos pertencentes ao quadro da Policia Militar, portanto são todos policiais militares devidamente voluntários, os quais foram minunciosamente selecionados e receberam treinamentos para melhor conhecer o programa e suas técnicas para suas intervenções.

O treinamento deu-se com a realização de capacitação em forma curso de 120 horas, onde tornaram-se conhecedores do programa e suas metodologias.

Figura 6 - Capacitação e formação de instrutores

Fonte: Face book: Proerd AMAPÁ

Figura 7 - Reunião da equipe Proerd Macapá

Fonte: Face book: Proerd AMAPÁ

Ressaltamos que os instrutores do PROERD, além de passar por uma seleção criteriosa e minuciosa, é feito uma pesquisa em sua vida social e profissional, faz a exigência que o instrutor tenha condições, sociais, éticas e morais para assim poder participar das ações desenvolvidas pelo Proerd, somente após estas etapas da seleção é que os policiais aprovados tornam-se aptos para assumir a função de educador do Proerd , assim é quer começam a realizar as formações com a capacitação através do curso que se faz necessário sua conclusão com êxito em seu aproveitamento, assim finalmente estará preparado para desenvolver o conteúdo e currículo proposto pelo programa das 17 lições para as crianças em sala aula.

Ficando a cargo dos instrutores a organização das reuniões com os educadores, pais ou responsáveis para as orientações dos os objetivos e conteúdos dos currículos que serão trabalhados , podendo ainda levar informações com base em suas

experiências de como reconhecer características visíveis quanto ao uso de drogas, e ainda orientar e sugerir maneiras para melhorar a convivência familiar.

Acontecem constantemente as formações continuadas para os instrutores do PROERD em outros Estados do Brasil e o Estado do Amapá sempre vem participando com seus representantes , como podemos observar na matéria jornalística abaixo onde é citado o a participação do Estado do Amapá:

> Policiais militares realizam curso de Formação de Mentores do PROERD:
> A Polícia Militar do Estado do Tocantins esteve representada na 1ª Edição do Curso Nacional de Formação de Mentores do PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas, realizado no Distrito Federal, no período de 05 a 09 de novembro. O evento foi organizado pelo CPCDH - Centro de Polícia Comunitária e Direitos Humanos, em parceria com a SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública (MJ) e formou 35 alunos, contando com representantes dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Goiás, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, além dos alunos da Capital Federal.
> O curso foi ministrado pela equipe de mentores do PROERD/DF, sob a coordenação do CAP PMDF Fernando Vitor Passos, contando com a participação do CAP PMSP João Batista Machado e da pedagoga Cláudia Santos Bezerra. Durante o curso, os policiais formandos receberam os conhecimentos necessários para a formação de novos instrutores dos currículos do 5º e 7º Ano. O evento propiciou ainda a integração e a troca de experiências entre as corporações.(https://www.to.gov.br/secom/policiais-militares-realizam- curso-de-formacao-de-mentores-do-proerd/4w3cwyls9e6u)

Geralmente os instrutores que participam destas formações continuadas fora do estado, assumem o compromisso de repassarem os conhecimentos adquiridos em seu retorno para os demais colegas que fazem parte do Proerd Macapá.

4.3 Projetos desenvolvidos pelo PROERD em Macapá

Percebemos que a Polícia Militar do Amapá está esta totalmente envolvida no desenvolvimento do programa denominado PROERD, assim deixa evidente que a importância do desenvolvimento deste programa , pois em suas ações busca sempre a parceria com a escola e a família, por isso presenciamos o grande êxito de suas ações.

Figura 8 - Livro dos pais

Fonte : Rafael Flexa

O programa do Proerd Macapá vem sendo desenvolvido em escolas de ensino fundamental para alunos, que se encontram em uma faixa etária de idade de 9 a 12 anos. O período da duração corresponde a um semestre do ano letivo, com base nos acertos entre os coordenadores do PROERD e a gestão das escolas, é poderão acontecer as palestras, isso uma vez por semana, em horários e dias previamente acordados.

Os projetos desenvolvidos pelo Proerd Macapá estão diretamente ligados ao desenvolvimento das cartilhas do Proerd , onde são aplicadas por membros da Polícia Militar , os quais já passaram por capacitações pedagógicas , o que oportuniza ainda utilizarem de suas experiências vividas de suas atividades como suporte para ajudar na construção de conhecimento junto aos alunos.

Figura 9 - Alunos em atividade do Proerd

Fonte: Face book: Proerd AMAPÁ

Figura 10 - Atividades do Proerd

Fonte: Face book: Proerd AMAPÁ

O Projeto Caindo na Real traz um Material que os instrutores utilizam onde estão direcionados aos estudantes do 5º e 7º ano é vem com a composição de dois livros didáticos, os livros vem para ser usado um para cada série, os livros buscam trabalhar com o alunado as várias formas , maneiras e estratégias para saber tomar a melhor decisão despertando assim suas e habilidades para tomar a decisão certa nos momentos críticos do dia- dia, caindo assim, na real.

Figura 11 - Livro Caindo na Real

Fonte : O autor

O Projeto Caindo na Real tem a finalidade de educar , esclarecer e fazer a galera cair na real , é que durante os estudos deste livro são explorados as temáticas que orientam a : Recusar (Não, eu não quero fazer algo); Explicar (Dizendo por que eu não quero fazer algo); Abster-se (Manter-me distante de situação na qual não quero me envolver); Livrar-se (Sair de uma situação da qual não quero fazer parte).

Figura 12 - Atividades do Proerd Macapá

Fonte: Face book: Proerd AMAPÁ

Todos os alunos que participam dos projetos recebem além dos livros , recebem também o uniforme do curso que o Proerd está desenvolvendo

Figura 13 - Atividades do Proerd Macapá

Fonte: Face book: Proerd AMAPÁ

Portanto, os projetos que a coordenação do Proerd Macapá vem desenvolvendo utilizam sempre a cartilha, que é disponibilizada aos alunos, gratuitamente, pela qual eles se orientam durante as instruções ministradas.

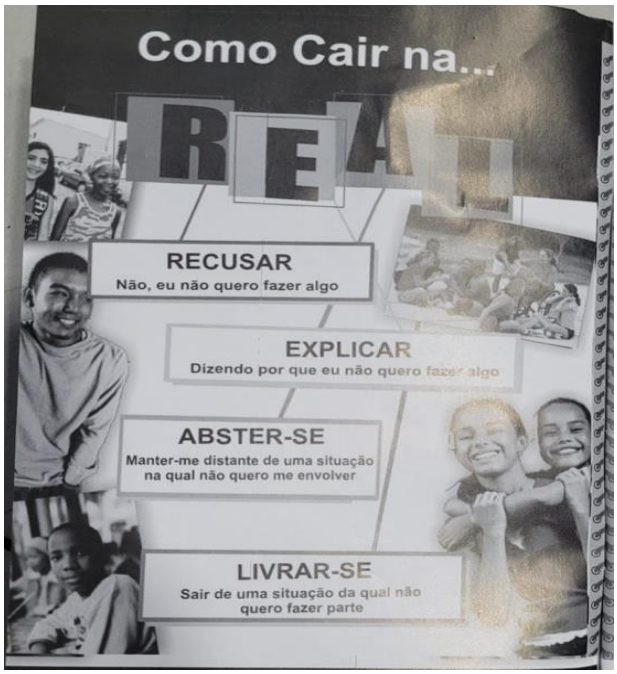
Em todos os projetos desenvolvidos pelo Proerd Macapá no ato de seu encerramento os participantes recebem uma certificação de conclusão.

Figura 14 - Foto dos alunos proerdianos da Escola Elita Nunes devidamente certificados

Fonte: Face book: Proerd AMAPÁ

As aulas semanais dos projetos desenvolvidos pelo PROERD Amapá trazem como objetivo principal buscar desenvolver a preocupação em uma vida saudável, buscando sempre da felicidade da vida, os bons modos de vida em sociedade, a humanidade e a civilidade, e ainda buscam o desenvolvimento da moral e dos bons costumes.

Figura 15 - Livro como Cair na Real



Fonte :O autor.

Portanto , com isso busca-se o crescimento e a maturidade para resistir diante das pressões sociais de seus amigos e conhecidos no oferecimento de drogas ou situações violentas. Todo os materiais teóricos usados nos projetos foram analisados e observamos que tem sua estrutura a forma e linguagem própria para as idades as quais estão direcionadas , facilitando assim, o entendimento e a aquisição de conhecimento.

No Projeto do PROERD: Para resistir às Drogas e Violência, onde tem seu objetivo de buscar não só a Policia Militar , mas também a família e a escola para tratarem desta temática de prevenção e educação onde seja possível prevenir contra o uso de drogas e violência entre crianças, jovens e adolescente, sempre em seus planejamentos buscando ajudar e orientar os jovens estudantes a identificarem e o mais importante, saber dizer não e resistindo a todas as pressões que receberão para o consumo de qualquer tipo de drogas e ainda sabendo evitar qualquer ação violenta aos demais colegas

e sociedade em geral.

Figura 16 - Cartilha sobre tabaco

Fonte : Rafael Flexa

Um projeto que particularmente considero também importante ressaltar é PROERD Pais: Seu Filho conta com Você.

Figura 17 - Livro Proerd Pais

Fonte : O autor.

Este é um livro específico para os pais, onde a Polícia Militar do Estado do Amapá busca uma abordagem diferente para esta prevenção primária, pois tomando como base as informações do DARE busca abranger este público diferenciado , onde estão enquadrados os pais e responsáveis (os jovens, adultos e idosos). Podemos definir em cinco lições este projeto, trazendo como objetivos levar diversos tipos de informações aos pais, informações sobre os vários tipos de drogas demonstrando a forma de uso e experimentação, ainda trazendo informações sobre as manifestações das violências seguidas das orientações de prevenção.

Figura 18 - Formação para os pais

Fonte: Face book: Proerd AMAPÁ

Ao final deste projeto e das cincos lições espera-se que os participantes possam aprender mais sobre as drogas e a violência no mundo de hoje, com perguntas feitas e respondidas referentes aos diversos tipos de drogas, e ainda sobre as drogas mais atuais de nosso tempo, espera-se ainda que os pais desenvolvam capacidades de ajudar seus filhos diante das possibilidades de uso de drogas e das violências sociais, protegendo assim seus filhos da violência, inclusive sobre o Bulling.

O Projeto direcionado para as Séries iniciais e Educação Infantil constando de organização e utilização, traz em seu manual atividades voltados para as Séries Iniciais e Educação Infantil com o conteúdo para ser desenvolvido em 03 (três) seções: onde a

primeira tem “duas lições para a Educação Infantil; a segunda, quatro lições para o 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental; e a terceira contém cinco lições para o 4º ano do Ensino Fundamental.

Figura 19 - Proerd infantil

Fonte: Face book: Proerd AMAPÁ

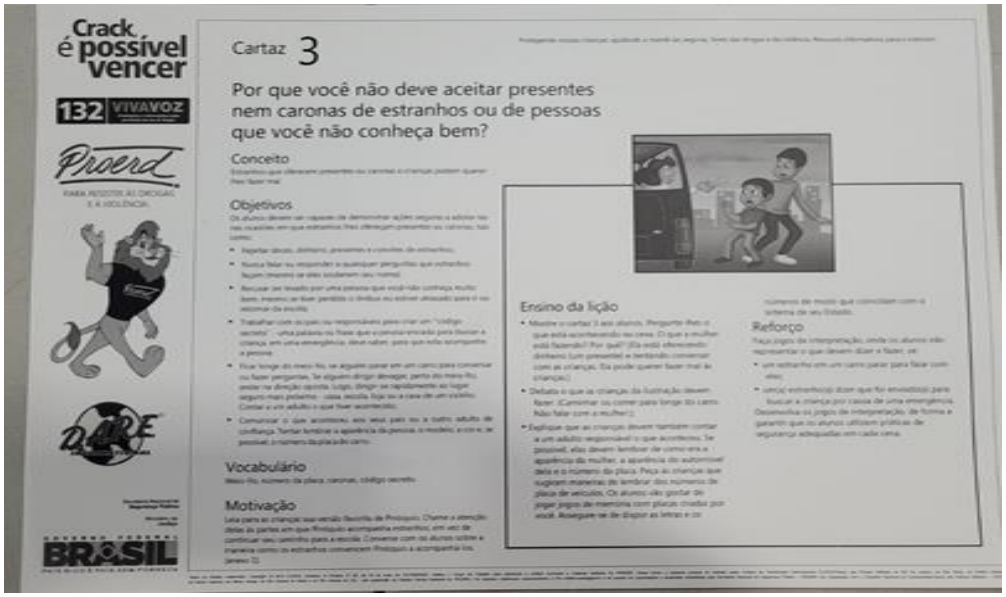
Do mesmo modo como das outras idades nos currículos já citados acima , esta turminha de educação infantil suas atividades são sempre desenvolvidas por um policial militar , já previamente treinado e recomendado pelo DARE.

Nesta etapa os planejamentos do projeto infantil , estão voltado para o uso de grandes cartazes com temáticas que buscam alcançar e proteger as crianças ajudando a mantê-las seguras, livres das drogas e da violência, podemos dizer que este kit de material pedagógico é composto de por vinte cartazes grandes e coloridos com imagens educativas , vejamos abaixo alguns exemplos:

Figura 20 - Foto do cartaz nº 03

Fonte : O autor.

Figura 21 - Foto do verso do cartaz nº 03



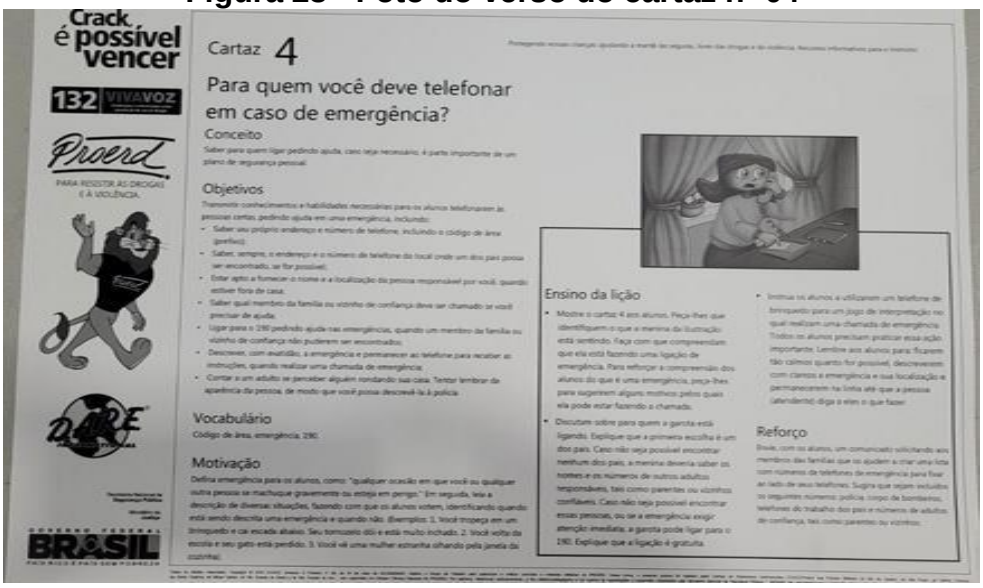
Fonte : O autor.

Os cartazes acima trazem informações sobre a importância de não aceitar presentes e nem caronas de pessoas estranhas, os cartazes trazem a ilustração principal e informações teóricas em seu verso.

Figura 22 - Foto do verso do cartaz nº 04

Fonte : O autor**.**

Figura 23 - Foto do verso do cartaz nº 04



Fonte : O autor.

As ilustrações acima também trazem as mesmas especificações de todos os vinte cartazes, este traz informações sobre para quem telefonar em caso de emergência, portanto todos os cartazes deste projeto trazem temáticas diferentes e educativas.

4.4 Resultados alcançados pelo PROERD Macapá .

Em nossas análises documentais detectamos que o Proerd em Macapá atende alunos do 5º e 7º ano do ensino fundamental das redes públicas e privadas, com idades que podem variar entre 09 a 17 anos, chegando também a atender os pais ou responsáveis desses alunos.

Nos documentos analisados junto a coordenação do Proerd em Macapá não conseguimos identificar o quantitativo de alunos atendidos pelo Proerd, deixando evidente que a coordenação não faz este tipo de registro, porém :

> Em 2015, o PROERD completa 13 anos de implantação no Amapá, e ao longo dessa trajetória atingiu cerca de 131.139 (centro e trinta e um mil cento e trinta e nove) crianças, adolescentes e pais, nas escolas da rede pública e particular de Macapá, Santana, Porto Grande, Cutias do Araguari e Oiapoque.
> (https://pm.portal.ap.gov.br/noticia/3108/proerd)

Percebemos que nas divulgações no site da instituição chegam a mensurar a estimativa do quantitativo de atendimentos de 131.139 (centro e trinta e um mil cento e

trinta e nove) crianças, adolescentes e pais.

Ainda com nossa busca pelos resultados alcançados, encontramos a estimativa divulgada de atendimentos no ano de 2017 , chegando a 5 mil jovens:

> Proerd alcança mais de 5 mil jovens em 2017.A participação ativa entre família, escola e polícia é a principal base para o desenvolvimento do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd), coordenado pela Polícia Militar do Amapá em vários municípios do Estado. Em 2017, mais de 5.638 jovens foram atendidos pelo programa que tem como objetivo orientar e prevenir, através de ações educacionais, quanto às consequências que as drogas podem causar na vida das pessoas.
> (https://www.amapa.gov.br/noticia/2501/proerd-alcanca-mais-de-5-mil-jovens-em-2017)

Detectamos que a Policia Militar do estado do Amapá vem avançando em suas ações e já lanço um projeto denominado de “PROERD pé na estrada”, assim levando e expandindo o programa PROERD para os Municípios e comunidades mais distantes do estado do Amapá, hoje a estimativa de alcance é aproximadamente em torno de 1600 alunos por semestre.

Figura 24 - Atividades do Proerd Macapá

Fonte: Phillippe Gomes

Portanto como percebemos o Proerd foi implantado no Brasil em 1992 e por mais que tenha demorado ser implantado no estado do Amapá, hoje Programa é desenvolvido pela Polícia Militar em várias escolas estaduais e municipais do Amapá, e já chegando nos Municípios e comunidades do interior do estado,

> A expectativa é que, em 2018 a 2022, o projeto seja ampliado em função do concurso público da Polícia Militar, que está em andamento pelo Governo do Amapá para aumentar o efetivo da corporação. “O programa é pedagogicamente

> estruturado em lições ministradas por policiais e visa transmitir aos estudantes a importância da valorização à vida e de se manter longe das drogas. Estamos nos organizando para iniciarmos as atividades no primeiro semestre", informou o capitão Jean Robert, coordenador do Proerd.(Policia Militar ,2022)

Vale destacar o Proerd tem sua execução a partir da solicitação daqueles interessados "Os diretores ou gestores de escolas estaduais, municipais e particulares, que desejam ser atendidos pelo Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência devem enviar um ofício para o Comando-Geral da Polícia Militar solicitando a execução do Proerd na instituição"(Policia Militar/AP, 2022).

Em uma ação educativa realizada pelo Proerd no Município de Vitória do Jari, onde os policiais militares levaram a agenda sobre o Programa de resistência e combate às drogas:

Figura 25 - O alerta contra as drogas é um dos principais objetivos do Proerd

Fonte: Wenndel Paixão

Neste evento em Vitóriado Jari participaram o quantitativo superior a 100 jovens , onde todos ativamente receberam orientações dos instrutores do Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência (Proerd),

> ...desenvolvido pela Polícia Militar do Amapá (PM/AP), na ação Governo da Gente em Vitória do Jari. O programa é desenvolvido em instituições de ensino das redes municipal, estadual e particular, e consiste em disciplinas inseridas na

> grade curricular das escolas.
> A sargento e instrutora do Proerd, Cristiane Costa, explicou que o objetivo do programa é orientar e prevenir, através de ações educacionais, quanto aos problemas que as drogas podem causar na vida das pessoas.
> "A integração entre família, escola e polícia é a base para o desenvolvimento do programa e, aqui nesse município, podemos perceber essa participação conjunta. Além do conhecimento para resistir ao contato com as drogas, eles se tornam multiplicadores dessas informações para os colegas e para a família", comentou a instrutora. (Policia Militar/AP,2022).

Percebe-se que o Proerd aqui em Macapá vem avançando a cada ano, chegando em novos Municípios e em comunidades distantes da cidade com uma estimativa de alcance de cinco mil alunos por ano , incluindo as redes públicas estaduais , municipais e particulares, chegando a 65 mil atendidos.

> A Polícia Militar do Amapá, em esforço conjunto com o Governo do Estado, iniciou o projeto na sua capital, Macapá, no ano de 2002, e até o presente ano já atendeu mais de 65 mil alunos. Como nos demais Estados da Federação, se fundamenta na tríplice parceria “Polícia Militar, escola e Família”, e desenvolve o projeto de maneira integrada, utilizando o ambiente escolar, e ministrando palestras aos pais dos alunos, para que os mesmos ratifiquem, no contato com os filhos, todas as orientações repassadas pelos instrutores do programa.(Policia Militar/AP,2022).

O Proerd parte da importância de se trabalhar conjuntamente criando os laços entre a escola, a família e Polícia Militar, onde possa desenvolver sua missão e ainda tem a finalidade desenvolver a ferramenta pela qual a polícia possa se aproximar da comunidade e conquistar o respeito e reconhecimento, sendo assim também traz em sua bagagem a missão de levar para a sociedade sua mensagem de combate e prevenção, com uma metodologia pedagógica que venha alcançar seus objetivos já propostos pelo programa, assim possa realmente combater , educar e prevenir.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tivemos assim como objeto de estudo o Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD no âmbito do Estado do Amapá, tivemos como objetivo geral a análise documental sobre seu processo de implantação na cidade de Macapá, buscando Compreender a implantação dos protocolos devidos, analisamos a implementação e a execução do PROERD em Macapá, pois o projeto de lei de sua criação baseia-se em um programa internacional(D.A.R.E), buscamos identificar como vem ocorrendo seu desenvolvimento em nosso estado do Amapá, investigamos ainda a abrangência do programa na cidade de Macapá, onde percebemos que o Proerd em Macapá já está alcançando todos os Municípios da cidade, chegando com um quantitativo superior a

131.139 (centro e trinta e um mil cento e trinta e nove) crianças, adolescentes e pais atendidos.

Em nossa pesquisa tivemos a oportunidade de analisar o processo de implantação e desenvolvimento do Proerd em Macapá, sendo que no próprio projeto de lei que institui o Proerd em Macapá fundamenta-se em um programa internacional de combate e prevenção ao uso de drogas e contra as violências que podem ser causadas pelos jovens e adolescentes, onde partimos para nossa análise buscando fundamentações em todo o arcabouço nacional sobre a temática de nosso estudo.

Buscamos identificar todos os projetos em que o Proerd Macapá vem desenvolvendo nas escolas, nas quais identificamos as principais ações em que podemos definir em políticas que visam educar, prevenir e combater o uso indevido de drogas sabendo evitar também as manifestações da violência, e ainda sabendo dizer não para as situações de risco.

Portanto sabemos que as políticas públicas nem sempre andam conforme nossas necessidades, observamos o longo tempo em que o Proerd passou para chegar em nossa Estado, e mesmo após tendo o Projeto de Lei Aprovado pelo Governo do estado , mesmo assim longos anos se passaram para a Polícia Militar implantar o Programa do Proerd em Macapá, porém, mesmo diante de tantas burocracias que perpassam as execuções das políticas Públicas percebemos que a Polícia Militar do Estado do Amapá vem desenvolvendo um importante trabalho, pois seus projetos estão seguindo as

orientações de um programa Internacional e o Nacional.

Em nossas análises percebemos que o Poerd Macapá vem ganhando espaço e já está chegando em todos os municípios e comunidades mais distantes da capital, nos levando a perceber o grande sucesso e compromisso que a Polícia Militar através da coordenação do Proerd vem desenvolvendo neste estado, pois a grande missão é o de construir uma política pública de prevenção primária executada por agentes policiais militares, os quais todos capacitados através do programa Nacional do PROERD.

Portanto, com base em nosso estudo , consideramos que o Programa do PROERD Macapá juntamente com seu currículo tem sido uma proposta de atuação da Polícia Militar inovadora e audaciosa em se tratando de orientar, prevenir, educar e combater, além disso traz em suas entrelinhas a ideia de construção coletiva de todos os envolvidos no processo educacional e sociedade em geral para uma cultura de paz nas escolas, desconstruindo a ideia de uma polícia repressora e aproximando a sociedade juntamente com o corpo da Polícia Militar do Estado do Amapá.

REFERÊNCIAS

ALBANO, P. E. **Um estudo sobre o Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência:** PROERD no Estado do Ceará. 2012. 49f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Segurança Pública e Defesa Civil). Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza, Fortaleza, 2012. Disponível em: http://repositorio.unifametro.edu.br/jspui/bitstream/123456789/66/1/PAULO%20ELISEU%20ALBANO.pdf. Acesso em 10 jun.2021.

AMAPÁ. Polícia Militar do Estado. O Programa Educacional de Resistencia as Drogas. **Portal do Estado,** Macapá, 31 ago.2018. Noticias. Disponível em: https://pm.portal.ap.gov.br/noticia/3108/proerd. Acesso em: 09 nov. 2022.

AMAPÁ. Proerd alcança mais de 5 mil jovens em 2017. **Portal do Estado,** Macapá, 25 jan. 2018. Notícias. Disponível em: https://www.amapa.gov.br/noticia/2501/proerd-alcanca-mais-de-5-mil-jovens-em-2017. Acesso em: 10 jun.2022.

ARRETCHE, M. T. Tendências no estudo sobre avaliação*. In:* RICO, E. M. (Org). **Avaliação de políticas sociais:** uma questão em debate. 3. ed. São Paulo: Cortez/IEE, 2001. p. 29-39.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ. Cidade de São Paulo,** São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BRAGA, H. M. C. B. **Metodologia do Trabalho Científico**: procedimentos básicos de investigação, elaboração de trabalhos acadêmicos e publicações científicas. São Paulo: Laços, 2015.

BUCCI, M. P. D. **Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas.** São Paulo: Saraiva, 2013.

CASTILHO, A. P.; BORGES, N. R. Martins; PEREIRA, V., T. **Manual de metodologia científica.** Itumbiara: ILES/ULBRA, 2014.

CASTRO, J. A.; OLIVEIRA, M. G. Políticas públicas e desenvolvimento. *In:* MADEIRA, L. M. (Org.). **Avaliação de políticas públicas.** Porto Alegre: EdUFRGS, 2014. p. 20-48.

COELHO, M. F. P.; TAPAJÓS, L. M.; RODRIGUES, M. (Orgs.). **Políticas sociais para o desenvolvimento:** superar a pobreza e promover a inclusão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2010.

COSTACURTA, F. **Associação, Criminosa com Fins de Tráfico de Entorpecentes: Prevenção e Repressão**. 2004. 99f. Trabalho de conclusão (Graduação em Direito).

Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo”, São Paulo, 2004.

DALFIOR, E. T.; LIMA, R. C. D.; ANDRADE, M. A. C. Reflexões sobre análise de implementação de políticas de saúde. **Saúde Debate,** Rio de Janeiro, v. 39, n. 104, p. 210-225, jan./mar. 2015.

DAMÁSIO, A. M. **O projeto social como resposta à questão social.** Belo Horizonte: Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais, 2016.
DUARTE , J. G. G.P.; FRANÇA,Í. V.; SOUZA L. L.; SCARDUA , A. **Educação sobre drogas:** análise do programa educacional de resistência às drogas – PROERD. Campina Grande:[s.n], 2016.

FALEIROS, V. P. **A política social do Estado capitalista**: as funções da previdência e da assistência social. São Paulo: Cortez, 1995.

FERREIRA, P. A.; ALENCAR, E.; PEREIRA, J. R. Revisitando o modelo processual de análise de políticas públicas a partir das relações entre Estado e sociedade. **ENAPEGS**, v. 6, n. 1, p. 1-20, 2012.

FRANCISQUINHO, S; de FREITAS, S. P. **A Influência das Drogas na Criminalidade**. 2008. 59f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Formulação de Gestão de Políticas Públicas). Universidade Estadual de Londrina, Paraná, 2008. Disponível em:https://docplayer.com.br/3043498-Sergio-francisquinho-solange-pinheiro-de-freitas- a-influencia-das-drogas-na-criminalidade.html. Acesso em: 08 jun. 2022.

GOMES, M. F. C. M. Avaliação de políticas sociais e cidadania: pela ultrapassagem do modelo funcionalista clássico. *In:* SILVA, M. O. Silva. (Org). **Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática.** São Paulo: Veras, 2001. p.12-34.

GOVERNO DO TOCANTINS. Secretaria de Comunicação. **Policiais militares realizam curso de Formação de Mentores do PROERD.** Palmas: Secom, 2022. Disponível em: https://www.to.gov.br/secom/policiais-militares-realizam-curso-de-formacao-de-mentores-do-proerd/4w3cwyls9e6u. Acesso em: 02 nov. 2022.

HELLMANN, A.; VILAS BOAS, P. A. F. JANNUZZI, P. M. Desenvolvendo capacidade para monitorar e avaliar o caso do SAGI/MDS. In: MADEIRA, L. M. (Org.). **Avaliação de políticas públicas.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, 2014. p. 83-102.

JUNIOR ,E. F. G; MEDEIROS, S.; AUGUSTA, C. Análise documental: uma metodologia da pesquisa para a Ciência da Informação . **Temática,** v.18 n. 7, p.55-58, jul.2017.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 2017.

LEAL, P. F. Políticas Públicas e Conversões Sociais: os beneficiários em cena. *In:* NEVES, D. P.; GOMES, R. A.; LEAL, P. F. (Orgs.). **Quadros e programas institucionais**

em políticas públicas. Campina Grande: EdUEPB, 2014. p. 211-218.

LINHARES, S. C. **Educação, trabalho e dimensões social e escolar da drogadição:** um estudo sobre políticas públicas antidrogas e o PROERD em Curitiba/PR. Curitiba: [s.n], 2006. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/7829/TESE%20SOLON%20-%20PROERD%20E%20DROGADI%c3%87%c3%83O.pdf?sequence=1. Acesso em: 10 jun.2021.

MADEIRA, L.M. **Avaliação de políticas públicas**. Porto Alegre: UFRGS, 2014.

MARTES, A. C. B. et al. **Modelo de avaliação de programas sociais prioritários.** Campinas: [s.n],1999.

MOREIRA, L. A. **Drogas e Prevenção na Infância:** representações sociais de estudantes que vivenciaram o PROERD. 2010**.** 150f. Trabalho de conclusão de curso (Mestrado em Educação Tecnológica). Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: http://livros01.livrosgratis.com.br/cp149983.pdf . Acesso em: 10 Jun. 2022.

MOURA, V. C, **Cartilha de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas**. Fortaleza: Inep, 2005.

MELO . Silas Tiago Oliveira de. **Revisão Histórica do Programa Educacional de Resistência às drogas**: uma estratégia eficiente e de baixo custo adotada pela Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte: Polícia Militar de Minas Gerais, 2022. Disponível em: https://www.policiamilitar.mg.gov.br/conteudoportal/uploadFCK/proerd/15032019105009377.pdf. Acesso em 14 jul.2022.

OLIVEIRA, J. A. P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **RAP,** Rio de Janeiro, v. 40, n.1, p. 273-288, mar./abr. 2006.

PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SAMPIERI, R. H. COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa.** 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, G. R. C. M.; MOLINA, N. L.; DIAS, V. F. **Orientações e dicas práticas para trabalhos acadêmicos,** Curitiba: Ibpex, 2007.

SÁ-SILVA. J. R.;ALMEIDA . C. D.; Guindani J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais,** ano 1, v.1, p.55-57, jul. 2009.

SOUSA, R. P. Políticas sociais e desigualdade no Brasil. *In:* MADEIRA, L.M. **Avaliação**

de políticas públicas. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. p.7-12.

SUREL, Y. Las políticas públicas como paradigmas. **Estudios Políticos,** v.6, n. 33, p. 41- 65, jul-dez. 2008.

TAVARES, B. F; BÉRIA, J. U; de LIMA, M. S. Prevalência do uso de drogas e desempenho escolar entre adolescentes. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v.35, n.2, p.22-25, abr. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rsp/v35n2/4399.pdf. Acesso em: 08 jun.2022.

ANEXO A – CARTA DE ANUÊNCIA PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Universidade Estadual do Ceará - UECE
Centro de Estudos Sociais Aplicados – CESA
Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas – MPPPP

Carta de anuência para autorização da pesquisa – POLICIA MILITAR DO AMAPÁ

Ao Comando Geral da Polícia Militar do Amapá- Coronel Heliane Braga de Almeida

Solicitamos autorização institucional para realização da pesquisa intitulada "**PROERD : GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS NA CIDADE DE MACAPÁ**" vinculada a linha de pesquisa Políticas Sociais e Desigualdade do Mestrado Profissional Em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade do Ceará (UECE), em convênio com a SEED/AP pelo mestrando **RAFAEL PIMENTEL FLEXA**, servidor Público Estadual, lotado na Polícia Militar do Amapá residente e domiciliado em Macapá-AP, que está devidamente matriculado e cursando no Programa de Pós graduação em Planejamento e Políticas Públicas/UECE.

Na referida pesquisa o mestrando trabalhará com análises documentais sobre o desenvolvimento do PROERD em Maçapá , sobre a coordenação e execução desta entidade militar.

O objetivo geral da pesquisa é Investigar como vem se desenvolvendo a efetivação PROERD nos ambientes escolares, fazendo uma análise geral de seu desenvolvimento e efetivação na cidade de Macapá

Certos de vosso apoio e colaboração, agradecemos antecipadamente a atenção e nos colocamos a disposição para maiores esclarecimentos se for necessário.

Macapá, 02 de Junho de 2022.

(X) Autorizamos a solicitação ( ) Não autorizamos a solicitação

Rafael Pimentel Flexa
Aluno-mestrando UECE

Comando Geral da Polícia Militar do Amapá
Heliane Braga de Almeida - Cel QOPM
Comandante-Geral da PMAP
CPF: 516.968.602-10

ANEXO B – PROJETO DE LEI N. 0197/11 - AL

ESTADO DO AMAPÁ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

PROJETO DE LEI Nº 0197/11-AL

Autor: Deputado Isaac Alcolumbre

Institui o Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD no âmbito do Estado do Amapá e dá outras providências.

GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ.

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Amapá aprovou e eu, nos termos do artigo 107 da Constituição Estadual, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1°. Fica institucionalizado o Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD, baseado no modelo internacional "Drug Abuse Resistance Education – D.A.R.E., recomendado pela ONU – Organização das Nações Unidas, a ser desenvolvido nas redes de ensino público e privado do Estado do Amapá mediante a realização de ações preventivas e cooperativas entre a polícia ostensiva, a escola e a família.

Art. 2º. O PROERD será executado exclusivamente pela Polícia Militar do Estado do Amapá, de acordo com a matriz curricular pedagógica nacional específica, constituindo-se em tema transversal de cidadania, conforme previsto na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Art. 3º. O PROERD consistirá no desenvolvimento de atividades de ensino voltadas para a disseminação de noções de cidadania e a prevenção ao uso indevido de drogras e à prática de atos de violência entre estudantes da rede pública e privada de ensino do Estado do Amapá.

Parágrafo único – As atividades curriculares constantes do programa poderão ser direcionadas à capacitação de membros da sociedade civil organizada, com a aplicação de metodologia específica para adultos.

Art. 4º. Para a execução do referido programa, serão destinados recursos de custeio e investimento para aquisição de material didático, tais como serviços gráficos para reprodução de material didático padrão do DARE ou que vier a ser desenvolvido pelas equipes estaduais, camisetas, bonés, certificados, divulgação e operacionalização das

ações e capacitação de policias militares para operarem como instrutores do programa.

Art. 5º. O quadro de pessoal efetivo que desenvolverá o PROERD nas unidades escolares será composto exclusivamente de servidores militares da Polícia Militar do Estado, devidamente certificados pelos organismos nacionais que regulamentam o referido programa.

Art. 6º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas no Orçamento Anual do Estado do Amapá, mediante proposta da Polícia Militar do Estado, via Secretaria de estado da Justiça e Segurança Pública.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Art. 8º. Revogam-se as

disposições em contrário.

Macapá - AP, 04 de novembro de 2011.

Deputado Isaac Alcolumbre DEM/AP

ANEXO C – PROJETO DE LEI N.2642, DE 2007

PROJETO DE LEI Nº 2642 , DE 2007

(Do Sr. Professor Victorio Galli)

Dispõe sobre a criação do Programa Educacional de Resistência às Drogas - PROERD.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criado o Programa Educacional de Resistência às Drogas – Proerd, a ser desenvolvido pelas polícias militares, no âmbito da rede pública de ensino, dentro dos currículos do quinto ao sétimo ano do Ensino Fundamental.

Art. 2º O Proerd será desenvolvido, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, como tema transversal da cidadania e da saúde.

Art. 3º As ações do Proerd compreendem as seguintes atividades:

I – formação de educadores sociais, para atuação direta junto aos alunos;

II – desenvolvimento de programa prevenção ao uso de drogas, por meio de esclarecimentos sobre:

a) malefícios à saúde física ou mental do usuário;

b) conseqüências da dependência química e sua correlação com a criminalidade;

c) medidas eficazes de resistência ao uso de drogas.

Parágrafo único. As ações desenvolvidas junto aos estudantes do ensino fundamental poderá ser estendida para os familiares do aluno, fazendo-se uma adaptação, para a sua aplicação, a metodologias específica para adultos.

Art. 4º A execução das ações do Proerd far-se-á com recursos repassados pelo Fundo Nacional Antidrogas, mediante convênio entre a União e os Estados.

Parágrafo único. O desenvolvimento das ações do Proerd também serão feitos com recursos provenientes de parcerias dos Estados com a iniciativa privada.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A prevenção ao uso de drogas deve ser uma preocupação constante do Estado brasileiro, uma vez que a cada ano aumenta entre os jovens o número de dependentes de substâncias entorpecentes e os crimes associados a esse tipo de ilícito.

A presente proposição tem por objetivo criar as condições legais para que se desenvolva, no âmbito do Estado brasileiro, pelas polícias militares, um programa dirigido a jovens do ensino fundamental e a seus familiares, destinado a reforçar as ações de conscientização e de prevenção ao uso de drogas. O modelo inspira-se em bem sucedida experiência americana – a DARE (Drugs Abuse Resistance Education).

Os recursos que irão custear essa iniciativa terão origem em repasses do Fundo Nacional Antidrogas e de parcerias público-privadas.

Certo de que os ilustres Pares compreenderão a importância dessa matéria, espera-se contar com o apoio para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de de 2007.

Deputado Professor Victorio Galli

ANEXO D - LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Centro de Documentação e Informação

LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006

Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas e define crimes.
Parágrafo único. Para fins desta Lei, consideram-se como drogas as substâncias ou os produtos capazes de causar dependência, assim especificados em lei ou relacionados em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União.

Art. 2º Ficam proibidas, em todo o território nacional, as drogas, bem como o plantio, a cultura, a colheita e a exploração de vegetais e substratos dos quais possam ser extraídas ou produzidas drogas, ressalvada a hipótese de autorização legal ou regulamentar, bem como o que estabelece a Convenção de Viena, das Nações Unidas, sobre Substâncias Psicotrópicas, de 1971, a respeito de plantas de uso estritamente ritualístico-religioso.
Parágrafo único. Pode a União autorizar o plantio, a cultura e a colheita dos vegetais referidos no *caput* deste artigo, exclusivamente para fins medicinais ou científicos, em local e prazo predeterminados, mediante fiscalização, respeitadas as ressalvas supramencionadas.

TÍTULO II

DO SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS

Art. 3º O Sisnad tem a finalidade de articular, integrar, organizar e coordenar as atividades relacionadas com:

I - a prevenção do uso indevido, a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas;

II - a repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas.

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS E DOS OBJETIVOS

DO SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS

Art. 4º São princípios do Sisnad:

I - o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, especialmente quanto à sua autonomia e à sua liberdade;

II - o respeito à diversidade e às especificidades populacionais existentes;

III - a promoção dos valores éticos, culturais e de cidadania do povo brasileiro, reconhecendo-os como fatores de proteção para o uso indevido de drogas e outros comportamentos correlacionados;

IV - a promoção de consensos nacionais, de ampla participação social, para o estabelecimento dos fundamentos e estratégias do Sisnad;

V - a promoção da responsabilidade compartilhada entre Estado e Sociedade, reconhecendo a importância da participação social nas atividades do Sisnad;

VI - o reconhecimento da intersetorialidade dos fatores correlacionados com o uso indevido de drogas, com a sua produção não autorizada e o seu tráfico ilícito;

VII - a integração das estratégias nacionais e internacionais de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas e de repressão à sua produção não autorizada e ao seu tráfico ilícito;

VIII - a articulação com os órgãos do Ministério Público e dos Poderes Legislativo e Judiciário visando à cooperação mútua nas atividades do Sisnad;

IX - a adoção de abordagem multidisciplinar que reconheça a interdependência e a natureza complementar das atividades de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas;

X - a observância do equilíbrio entre as atividades de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas e de repressão à sua produção não autorizada e ao seu tráfico ilícito, visando a garantir a estabilidade e o bem-estar social;

XI - a observância às orientações e normas emanadas do Conselho Nacional Antidrogas - Conad.

Art. 5º O Sisnad tem os seguintes objetivos:

I - contribuir para a inclusão social do cidadão, visando a torná-lo menos vulnerável a assumir comportamentos de risco para o uso indevido de drogas, seu tráfico ilícito e outros comportamentos correlacionados;

II - promover a construção e a socialização do conhecimento sobre drogas no país;

III - promover a integração entre as políticas de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas e de repressão à sua produção não autorizada e ao tráfico ilícito e as políticas públicas setoriais dos órgãos do Poder Executivo da União, Distrito Federal, Estados e Municípios;
IV - assegurar as condições para a coordenação, a integração e a articulação das atividades de que trata o art. 3º desta Lei.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO E DA ORGANIZAÇÃO

DO SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS

Art. 6º (VETADO)

Art. 7º A organização do Sisnad assegura a orientação central e a execução descentralizada das atividades realizadas em seu âmbito, nas esferas federal, distrital, estadual e municipal e se constitui matéria definida no regulamento desta Lei.

DA COLETA, ANÁLISE E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS

Art. 15. (VETADO)

Art. 16. As instituições com atuação nas áreas da atenção à saúde e da assistência social que atendam usuários ou dependentes de drogas devem comunicar ao órgão competente do respectivo sistema municipal de saúde os casos atendidos e os óbitos ocorridos, preservando a identidade das pessoas, conforme orientações emanadas da União.

Art. 17. Os dados estatísticos nacionais de repressão ao tráfico ilícito de drogas integrarão sistema de informações do Poder Executivo.TÍTULO III
DAS ATIVIDADES DE PREVENÇÃO DO USO INDEVIDO, ATENÇÃO E REINSERÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS

E DEPENDENTES DE DROGAS CAPÍTULO I DA PREVENÇÃO

Art. 18. Constituem atividades de prevenção do uso indevido de drogas, para

efeito desta Lei, aquelas direcionadas para a redução dos fatores de vulnerabilidade e risco e para a promoção e o fortalecimento dos fatores de proteção.

Art. 19. As atividades de prevenção do uso indevido de drogas devem observar os seguintes princípios e diretrizes:

I - o reconhecimento do uso indevido de drogas como fator de interferência na qualidade de vida do indivíduo e na sua relação com a comunidade à qual pertence;
II - a adoção de conceitos objetivos e de fundamentação científica como forma de orientar as ações dos serviços públicos comunitários e privados e de evitar preconceitos e estigmatização das pessoas e dos serviços que as atendam;
III - o fortalecimento da autonomia e da responsabilidade individual em relação ao uso indevido de drogas;
IV - o compartilhamento de responsabilidades e a colaboração mútua com as instituições do setor privado e com os diversos segmentos sociais, incluindo usuários e dependentes de drogas e respectivos familiares, por meio do estabelecimento de parcerias;
V - a adoção de estratégias preventivas diferenciadas e adequadas às especificidades socioculturais das diversas populações, bem como das diferentes drogas utilizadas;
VI - o reconhecimento do "não-uso", do "retardamento do uso" e da redução de riscos como resultados desejáveis das atividades de natureza preventiva, quando da definição dos objetivos a serem alcançados;
VII - o tratamento especial dirigido às parcelas mais vulneráveis da população, levando em consideração as suas necessidades específicas;
VIII - a articulação entre os serviços e organizações que atuam em atividades de prevenção do uso indevido de drogas e a rede de atenção a usuários e dependentes de drogas e respectivos familiares;
IX - o investimento em alternativas esportivas, culturais, artísticas, profissionais, entre outras, como forma de inclusão social e de melhoria da qualidade de vida;
X - o estabelecimento de políticas de formação continuada na área da prevenção do uso indevido de drogas para profissionais de educação nos 3 (três) níveis de ensino;
XI - a implantação de projetos pedagógicos de prevenção do uso indevido de drogas, nas instituições de ensino público e privado, alinhados às Diretrizes Curriculares Nacionais e aos conhecimentos relacionados a drogas;
XII - a observância das orientações e normas emanadas do Conad;
XIII - o alinhamento às diretrizes dos órgãos de controle social de políticas setoriais específicas.
Parágrafo único. As atividades de prevenção do uso indevido de drogas dirigidas à criança e ao adolescente deverão estar em consonância com as diretrizes emanadas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda.

CAPÍTULO II

DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO E DE REINSERÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS OU DEPENDENTES DE DROGAS

Art. 20. Constituem atividades de atenção ao usuário e dependente de drogas e respectivos familiares, para efeito desta Lei, aquelas que visem à melhoria da qualidade de vida e à redução dos riscos e dos danos associados ao uso de drogas.

Art. 21. Constituem atividades de reinserção social do usuário ou do dependente de drogas e respectivos familiares, para efeito desta Lei, aquelas direcionadas para sua integração ou reintegração em redes sociais.

Art. 22. As atividades de atenção e as de reinserção social do usuário e do dependente de drogas e respectivos familiares devem observar os seguintes princípios e diretrizes:

I - respeito ao usuário e ao dependente de drogas, independentemente de quaisquer condições, observados os direitos fundamentais da pessoa humana, os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde e da Política Nacional de Assistência Social;

II - a adoção de estratégias diferenciadas de atenção e reinserção social do usuário e do dependente de drogas e respectivos familiares que considerem as suas peculiaridades socioculturais;

III - definição de projeto terapêutico individualizado, orientado para a inclusão social e para a redução de riscos e de danos sociais e à saúde;

IV - atenção ao usuário ou dependente de drogas e aos respectivos familiares, sempre que possível, de forma multidisciplinar e por equipes multiprofissionais;

V - observância das orientações e normas emanadas do Conad;

VI - o alinhamento às diretrizes dos órgãos de controle social de políticas setoriais específicas.

Art. 23. As redes dos serviços de saúde da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios desenvolverão programas de atenção ao usuário e ao dependente de drogas, respeitadas as diretrizes do Ministério da Saúde e os princípios explicitados no art. 22 desta Lei, obrigatória a previsão orçamentária adequada.

Art. 24. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão conceder benefícios às instituições privadas que desenvolverem programas de reinserção no mercado de trabalho, do usuário e do dependente de drogas encaminhados por órgão oficial.

Art. 25. As instituições da sociedade civil, sem fins lucrativos, com atuação nas áreas da atenção à saúde e da assistência social, que atendam usuários ou dependentes de drogas poderão receber recursos do Funad, condicionados à sua disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 26. O usuário e o dependente de drogas que, em razão da prática de infração penal, estiverem cumprindo pena privativa de liberdade ou submetidos a medida de segurança, têm garantidos os serviços de atenção à sua saúde, definidos pelo respectivo sistema penitenciário( )

ANEXO E – PORTARIA Nº 068/2019 – GAB. CMDO GERAL

PORTARIA Nº 068/2019 – GAB. CMDO GERAL

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO AMAPÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto 1605/2019, de 15 de abril de 2019, publicado no Diário Oficial nº 6900/2019;

CONSIDERANDO a necessidade de instituir as atividades do Programa Educacional de Resistência as Drogas – PROERD, no âmbito da PMAP;

R E S O L V E:

Art. 1º. Instituir o Programa Educacional de Resistência às drogas - PROERD, na Polícia Militar do estado do Amapá, constituindo medidas proativas, sendo atividade fim, para o controle de violência e criminalidade, complementar as ações preventivas e repressivas ao uso indevido de drogas.

Art. 2º. O PROERD é uma metodologia preventiva de policiamento que deve ser implementado em parceria com as escolas e famílias, com o objetivo de reduzir o consumo de drogas licitas e ilícitas.

Art. 3º. A aplicação do PROERD em escolas da rede de ensino pública ou particular deve ser precedida de autorização do Comandante Geral mediante proposta do Coordenador Estadual do PROERD.

Art. 4º. A aplicação do PROERD da rede de ensino deve ser precedida de acordo firmado pela corporação com o respectivo segmento interessado na esfera estadual, municipal ou particular.

CAPÍTULO I

DAS RESPONSABILIDADES DO POLICIAL MILITAR DO PROERD

Art. 5º. Cabem aos policiais militares integrante da equipe do PROERD a iniciativa, atitude participativa permanente, soluções alternativas na resolução de problemas e a busca sistemática de parcerias e interações com as comunidades escolares.

CAPÍTULO II

COMPETÊNCIA DO INSTRUTOR DO PROERD

Art. 6º. Compete ao policial militar instrutor do PROERD:

I - Ministrar aulas nas Unidades de Ensino indicadas pela DASC/PMAP através da Coordenação do Programa;

II – Provocar, organizar e participar de reuniões com pais e responsáveis;

III – Provocar, organizar e participar de reuniões com diretores e professores;

IV – Ministrar palestras na esfera de sua competência, com a devida autorização;

V - Confeccionar o planejamento didático de aulas e palestras;

VI - Detalhar o calendário de aulas nas diversas turmas;

VII - Participar de atividades extracurriculares nas escolas em que atuar;

VIII - Sugerir escolas para inclusão no planejamento de palestras;

IX - Produzir e remeter à Coordenação Estadual, relatório periódico sobre o desenvolvimento do PROERD, indicando aspectos positivos e negativos vivenciados. Devendo, nos casos de primeira atuação do docente em escolas, ser confeccionado e remetido semanalmente às sextas-feiras, conforme modelo próprio;

X – Detectar problemas relacionados com a segurança na sua área de atuação, discutindo as possíveis soluções com a comunidade, o Comando da OPM e Coordenação do PROERD para a adoção das medidas necessárias, em parceria.

CAPÍTULO III

DO USO DE UNIFORME E ARMAMENTO

Art. 7º. É previsto o uso de uniforme operacional completo, para o desenvolvimento das atividades do Proerd, no âmbito da escola.

Art. 8º. É previsto o uso de armamento pelo instrutor do PROERD a ser utilizado de forma ostensiva ou velada.

Parágrafo único: O armamento do Policial Militar do PROERD constitui seu equipamento de proteção, devendo portá-lo com a devida cautela ao lidar com crianças e adolescentes.

CAPÍTULO IV

DO CONTEÚDO E APLICAÇÃO

Art. 9º. O Proerd é aplicado por policiais ***fardados com uniforme operacional completo e em duplas***, na modalidade de policia comunitária, incluindo, além do desenvolvimento do conteúdo específico do programa, a realização de palestras, projetos e reuniões com pais e corpo diretivo e docente das escolas.

Art. 10. As aulas para os alunos são ministradas uma vez por semana e cada

Policial Militar instrutor ministrará estas aulas para 12 (doze) turmas, de acordo com o previsto em cronograma e tempo específico para cada faixa etária, contando, impreterivelmente de acordo com a direção da escola, com a presença dos professores responsáveis pela turma em sala de aula. **Durante sua permanência na escola, o policial militar promove visitas em outras turmas, convive ao longo do dia com toda comunidade escolar e faz acompanhamento nos horários de saída dos alunos**, respeitando assim a essência do **policiamento ostensivo preventivo.**

Art. 11. As aulas do projeto “PROERD Pé na Estrada” são ministradas por 03 (três) policiais instrutores no período de 15 (quinze) dias no município atendido, sem prejuízo das atividades normais ordinárias. Estes policiais são responsáveis por ministrarem os currículos para 5º ano e pais, nos três turnos, devido se tratar de uma atividade modular. Os policiais após o término das atividades deverão repor as aulas nas escolas do serviço ordinário no período de sua ausência, por se tratar de uma atividade extra e suas turmas terem sido suspensas, conforme panorama de atendimento.

CAPÍTULO V
DAS OCORRÊNCIAS POLICIAIS NAS ESCOLAS E SUAS CERCANIAS

Art. 12. Nas ocorrências policiais, envolvendo alunos, professores ou funcionários da escola, em seu interior ou cercanias e que requeiram uma pronta ação, o policial militar instrutor Proerd deverá adotar as medidas que se fizerem necessárias, solicitando, posteriormente, o apoio do policiamento da área para o encaminhamento da ocorrência.

Art. 13. O Policial Militar instrutor Proerd não fará revistas pessoais em alunos, exceto nos casos de fundada suspeita que necessitem pronta intervenção ou que venham colocar em risco a integridade dos mesmos ou de terceiros.

Art. 14. Os dados obtidos serão remetidos à Coordenadoria Estadual pelo Policial Militar, observadas as condições de sigilo exigidas para cada situação;

Art. 15. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Quartel em Macapá-AP, 11 de julho de 2019.

JOSÉ PAULO **MATIAS** DOS SANTOS – **CEL QOPMC**
Comandante Geral da PMAP